



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, Raul Jorge Fernandes da Cunha, do **Primeiro Secretário**, José Manuel Gonçalves Domingues, e do **Segundo Secretário**, Maria de Fátima Pereira Oliveira Caldeira.

O **Presidente da Mesa** informou que a sessão da Assembleia estava a ser transmitida em direto e que todas as transmissões passariam a estar disponíveis no site do Município para quem pretendesse, consultar.

De seguida, procedeu à leitura dos seguintes pedidos de suspensão: Carmo Cunha, Rodolfo Ribeiro, Rosinda Triguinho e Simão Fernandes, eleitos pelo PCP/PEV; António Abreu e Rui Ribeiro, eleitos pelo JRPFS. Pediram a substituição os Presidente da Juntas de Freguesia de Fafe pelo Vogal e de Fornelos, pelo tesoureiro Sérgio Teixeira. Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respetivas listas por se encontrarem presentes na sala. Verificada a existência de quórum, com a presença de cinquenta membros membros, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão, quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.

Posteriormente, o **Presidente da Mesa** informou que o expediente, cuja relação tinha sido distribuída pelos Senhores Deputados, se encontrava disponível para consulta. Informou, ainda, da existência de um conjunto de moções e proposta que, como era habitual, iam apreciá-los no fim das intervenções e do período de esclarecimentos de Antes da Ordem do Dia, pelo que a Mesa ia receber inscrições para esse momento. Nesses termos, entrou-se no **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.

Foi dada a palavra a **Gonçalo Castro, da Junta de Freguesia de Fafe**, para dizer que na última Assembleia, o Deputado Alexandre Leite, pessoa que muito presava, lançou um manto de suspeição sobre os relatórios de monitorização dos contratos interadministrativos de delegação de competências e cooperação das juntas de freguesia, acusando a Câmara Municipal de leviandade e falta de rigor na apreciação dos mesmos e, através de um conjunto de insinuações, procurou lançar dúvidas sobre a execução desses contratos por parte das juntas de freguesia. Referiu que o Senhor deputado tinha anunciado, até com um certo regozijo, que o caso da Junta de Fafe era o de maior gravidade e que, na altura não tinha informação porque substituiu o Presidente Junta à última da hora. No entanto, referiu-se a manhosice e isso preocupava-o, até pelo anúncio da intenção de remeter a ata da última Assembleia ao Ministério Público pelo facto de a Junta ter incluído uma fatura de 2023 no protocolo de 2024. Assim, para esclarecer, até porque as suas declarações de facto o preocuparam, informou que o que estava em causa era um procedimento de contratação pública por consulta prévia para a



aquisição de bens e serviços relativamente à remoção de equipamentos antigos e implementação de novos divertimentos nos parques infantis da Granja, de Pardelhas e dos Leões de Ferro, com um prazo de execução de 24 meses. Explicou que esse procedimento foi lançado em julho de 2022, adjudicado em setembro e o prestador de serviço lançou a fatura em março de 2023, a obra foi realizada e concluída em 2024. Mencionou que os serviços deveriam, de facto, ter pedido uma nota de crédito ao prestador de serviços mas a obra foi concluída em 2024 e, por isso, tinha sido paga em duas tranches em 2024. Mencionou que perguntar não ofendia e estavam cá para prestar contas a esta Assembleia e ao povo porque foram eles que os elegeram. Afirmou que o que ofendia era a forma como lançavam suspeições e questionavam a idoneidade daqueles que estavam à frente da Junta de freguesia, no caso em concreto da Junta de Freguesia de Fafe. Disse que o Senhor Deputado representava um dos partidos fundadores da democracia e percebia que atualmente estivesse na moda enlamear tudo e todos, acusar pessoas, contudo devia fugir um bocadinho desse caminho. Referiu que deviam, de facto, ajudar a quem queria prestar o serviço público, ainda mais agora quando se aproximava o período eleitoral, afirmando que não fosse na cantiga do populismo radical, que mantivessem a elegância, debatessem ideias, pedissem e prestassem contas com elevação, com respeito para aqueles que os elegeram. Mencionou que era daqueles que defendiam que o PCP fazia muita falta na Assembleia Municipal, nesta e em todas, sem demagogia e sem preconceito, acrescentando que a pluralidade fazia-os crescer enquanto sociedade mas apenas se estivessem aqui para acrescentar, criticar de forma construtiva, apurar responsabilidades se de facto houvessem ilegalidades mas, de forma humilde, não instigando à suspeição.

-----De seguida, usou da palavra a deputada **Isabel Freitas, eleita pelo CHEGA**, para dizer que mais uma vez, nesta Assembleia mostra-lhes o contraste entre dois mundos. De um lado, os que vivem confortavelmente dentro do sistema, entre burocracias, cargos e esquemas opacos. Do outro, os que aqui estavam por dever, por verdade, por coragem, como os eleitos pelo Chega. Assistiam a propostas para mais cargos, mais despesas, mais transferências de competências, sem garantias. Tudo isso enquanto as famílias lutavam para pagar contas, os pequenos empresários eram sufocados por impostos e os jovens continuavam sem oportunidades em Fafe. Mencionou que a prioridade da Câmara deveria ser o povo e não os interesses instalados, dizendo que defendiam as famílias numerosas, os que queriam trabalhar, os que pagavam impostos e eram sempre os primeiros a ser esquecidos. Afirmou que diziam sim a medidas que aliviassem a carga fiscal, diziam não ao compadrio, ao “despesismo” e à falta de transparência e exigiam resultados, não discursos bonitos, nem relatórios confusos que ninguém compreendia. Disse que enquanto outros trocavam favores e fechavam olhos ao descontrolo orçamental, o Chega levantava a voz e não se calavam, mesmo que incomodasse porque incomodar quem abusava do poder era o seu dever. Referiu que o que faltava à política



local não era dinheiro, era vergonha de desperdiçar o que era do povo, vergonha de não prestar contas a quem pagava. Disse que o Chega era a força de mudança em Fafe, não eram mais do que o mesmo, eram a voz dos que já não acreditavam nas promessas vazias, eram a voz, estavam aqui para pôr fim aos privilégios e devolver Fafe aos fafenses, com verdade, com justiça e com coragem.

De seguida, foi dada a palavra a **Bruno Oliveira, eleito por JRPFS**, para, antes da sua intervenção, começar com uma coisa para além da relação pessoal que tinha com o Gonçalo Castro, dizer que, ao fim de oito anos sentado numa cadeira da Assembleia Municipal, felicitar de ver alguém do PS fazer uma intervenção completa, muito criteriosa, educada, democrática e achava que, sem dúvida, honra muito o lugar que estava aqui a desempenhar, desde já os seus parabéns e fazia falta muita gente assim. Antes da ordem do dia, disse que ia começar com uma questão à Vereadora Marta Gonçalves que era saber como estavam os assuntos dos biorresíduos e como estavam a funcionar os compostores comunitários distribuídos pelas freguesias aquando da ação de formação realizada em 2023, se bem que se lembrava, este projeto era de 2023 e teve uma verba alocada de 85 mil euros. Perguntou se havia realmente resultados sobre essa iniciativa, se havia mais alguma iniciativa sobre a questão dos biorresíduos que devia estar implementada em Fafe desde 1 de janeiro de 2024. Afirmou que o Presidente da Câmara lhes disse, em dezembro, que previa que o início das obras do Centro de Saúde fosse feito em janeiro, e como estavam em abril quase maio, perguntou o que se passava. Quanto ao assunto seguinte, a ressaca das festividades de 25 de abril, quis dar os parabéns ao executivo pelo programa e pela mobilização mas não podia deixar de fazer alguns reparos, começando pela Assembleia dos Jovens Municípes, dizendo ao Presidente da Assembleia que não lhe ficava mal se tivesse estado presente, dando assim um maior simbolismo à atividade realizada pelos mais jovens. A Vereadora Paula Nogueira, disse que sabia que também tinha direito a falhar com os seus camaradas de executivo, mas esperava outra atitude da sua parte, ainda mais depois de tudo o que tiveram que passar para ter regimento e regulamento no Conselho Municipal da Juventude e de ter, por diversas vezes, falado consigo e com as pessoas presentes que iriam reunir antes de cada Assembleia Ordinária, coisa que não se sucedeu, e de uma das várias reuniões ficaram de levar sugestões, para essa mesma reunião, que não aconteceu, sugestões para a Assembleia de Jovens Municípes. Afirmou que até apontou, na altura, que as sugestões deveriam ser no sentido de alterar a metodologia, criar um debate em vez de ser uma exposição de opinião e estimular a participação cívica. Lembrava-me muito bem dessa conversa e muito o entristecia que isso não tenha acontecido. Disse que não queria crer que todo o trabalho feito no Conselho Municipal da Juventude tenha sido só para ter mais uma estrelinha na rede dos municípios amigos da juventude da FNAJ. Acerca do cortejo dos cravos, arriscava-se a dizer que essa foi,



provavelmente, a verdadeira comemoração popular do 25 de Abril em Fafe desde que havia memória. Pelos vistos, usar a ideia que várias vezes aqui falou para a reedição das jornadas literárias, aqui aplicadas ao tema de 25 de Abril, não correu assim tão mal. Para os mais desatentos, outra atividade que estava incluída nas comemorações dos 51 anos de 25 de abril foi uma prova de ciclismo que se realizou no passado sábado, de seu nome, Prémio de Ciclismo Festas do Rio de Fafe, foi esse o nome da prova, não era esse o nome que estava no cartaz difundido pela Câmara mas era esse o nome da prova porque deu-se ao trabalho de o ir consultar, dizendo que essa era uma prova que costumava haver no final de semana das festas da cidade e sim, o município puxou essa prova para esta altura, péssima altura, tendo em conta o calendário nacional da modalidade, pois estava a decorrer o grande prémio do jogo, por exemplo, de Elites que se realizou na zona de Paredes no passado domingo. E assim fez com que estivessem em Fafe 34, repetindo, 34 atletas da categoria, contrastando, por exemplo, com a prova de abertura que em Março aqui também se realizou, onde estiveram presentes 100 atletas e não se enganou nos números, e a prova de março tinha o nome de Prémio Cidade Fafe como erradamente colocaram no programa de 25 de Abril. Referiu que essas duas provas tinham em comum, para além de ciclistas, era que a primeira não houve qualquer referência à realização da mesma nos meios do município, nem da prova, nem do pódio mas percebia que estava tudo ocupado a preparar a fatiota para o Camilo em Passos que se realizou no dia a seguir. E sobre a prova do passado sábado, referências à mesma só mesmo no programa e depois Fafe queria ser capital europeia do desporto e o executivo vinha dizer que o ciclismo era uma modalidade muito acarinhada por cá. Mencionou que, tirando a volta a Portugal, não via onde. Pegando no assunto das fotografias e também tinha de fazer um reparo ao executivo, dizendo que já todos sabiam e já viram que o Presidente andava agora muito ativo pelas redes sociais, até aqui tudo bem, cada um fazia o que queria e achava muito bem até que fosse participativo com a sociedade. Agora, usar os meios do município para isso e ativar um filtro às fotos que surgiam nas páginas oficiais do município, isso já lhe parecia demasiado. E sim, disse que estava a fazer uma mera suposição sem certezas mas era aquilo que lhe parecia, e para dar exemplos e não falar de cor, continuou com o exemplo do Programa de 25 de Abril, num evento realizado em Medelo no passado sábado, em que as fotos publicadas nesse dia nas redes sociais do município apenas tinham fotos do executivo e do Presidente da Assembleia, até a descrição das mesmas apenas os referia metade do que aconteceu no evento. Se alguém aqui presente achasse que estava errado, desafiava a que se vá comparar a publicação do município com a publicação do Notícias de Fafe ou da página da Junta Freguesia sobre o evento mas esse era só um exemplo. O outro era a sessão solene evocativa do 25 de Abril que poderia e deveria ter sido transmitida em direto como a Assembleia, fosse por respeito aos partidos, fosse pelas pessoas que não podiam estar presentes mas poderiam acompanhar pelas redes



sociais, bem como um respeito pela magnífica intervenção do orador convidado. “Dê o poder ao homem e descobrirá quem ele realmente é” isso eram palavras de um historiador filósofo e político chamado Maquiavel. Afirmou que ficavam os reparos para a sua reflexão e para que pensasse em praticar abril em vez de ser só festejar.

Posteriormente foi dada a palavra ao deputado **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, que começando por Gonçalo Castro, pelo representante da Junta Freguesia de Fafe, com todo o respeito, o que disse com esse vigor não era por ser com mais vigor que estava mais certo. Disse que não tinha a certeza de quem estava certo, que o que perguntaram foi à Câmara quem tinha o dever de fiscalizar esse contrato com as freguesias, se concordava que uma fatura de 2023 se era legal, se era normal que uma fatura de 2023 pudesse entrar, no dinheiro que se dava relativo a 2024 e daí ainda falta a resposta da Câmara. O Gonçalo Castro, entretanto, deu-lhe aqui alguns papéis onde constava que o prazo de contratação realmente era de 24 meses ou o somatório de todas as entregas da empresa. Assim que a empresa terminasse o trabalho, não precisava de esperar os 24 meses, devia recolher logo e a fatura que estava aqui, era a constava também da outra Assembleia. Mencionou que tinha, por exemplo, essa fatura de abril de 2023, em que a condição de pagamento era a 30 dias, e a Junta disse que pagou em 2024 com duas tranches, era normal que a fatura fosse de 2023, pagamento a 30 dias, fosse paga só em 2024 e que não lhes tenha feito chegar esse documento em que foi pago e em que dia, se foi dentro dos prazos.

-----O **Presidente da Mesa** usou da palavra para pedir desculpa e dizer que isto não era uma comissão de inquérito, portanto pedia que fizesse a sua intervenção antes da ordem do dia naquilo que entendesse, mas achava que não era o momento adequado para estar a rebater e a dialogar com o representante da Junta da Freguesia que fez uma intervenção anterior. Portanto, pediu-lhe que elaborasse a sua intervenção de outro modo.

Retomou a palavra o Deputado **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV** para dizer que por si estava terminado, mas não estava esclarecido. Afirmou que não era a primeira vez que a Junta de Freguesia tinha coisas muito manhosas e continuava com essa atitude, dizendo que era mais justo que fosse o Presidente da Junta Freguesia de Fafe a assumir essas manhosices mas ele pautava por não comparecer à Assembleia Municipal que, apesar de não ser uma comissão de inquérito, era quem tinha o dever de fiscalizar. Referiu que estavam ali a tentar perceber se a Câmara realmente pagou porque pediram para pagar e pagou ou se realmente houve alguém que tivesse olhado para as faturas e que tivesse visto. Prosseguiu dizendo que trazia duas perguntas, uma sobre o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, referindo que em dezembro de 2024 fizeram uma pergunta escrita à Câmara, que tinha sido aprovado o PDM que dizia que certas questões eram regulamentadas por esse regulamento, e uma vez que o mesmo já tinha 14 anos e se encontrava, em parte, desatualizado e em parte conflituando com a



legislação nacional entretanto em vigor, e conflituava com o Plano Diretor Municipal. Disse que solicitaram à Câmara que lhes dissesse o que estava a fazer em relação a isso, quando estava a pensar ter esse regulamento pronto. Mencionou que em janeiro lhes responderam que o regulamento estava em fase de elaboração pelos serviços, não sabia se já estaria pronto e quando viria a esta Assembleia, se seria à Assembleia de junho ou se teriam que esperar pela de setembro, se ficaria pronto este ano, e qual seria o problema do regulamento municipal de urbanização e edificação estar desconforme com a lei, referindo que a pessoa, quando apresenta o projeto, ou alguém quer fazer uma casa, quer fazer uma edificação, urbanização, edificação, ou cumpria a lei ou cumpria o regulamento e como é que os serviços da Câmara decidiam, se decidiam aprovar cumprindo o regulamento ou se decidiam aprovar cumprindo a lei, pelo que achava que já tinha alguma urgência no final do ano passado e iam a meio do ano. Outra questão, a Câmara desenvolveu ao longo de 2023 um documento a que chamou o Plano Municipal de Ação Climática que todos podiam discutir, tendo sido aqui apresentado, que servia de orientação estratégica para a ação do município no que dizia respeito à mitigação e adaptação às alterações climáticas. Já antes disso, a Câmara de Fafe seguia o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas e Prevenção e Gestão de Riscos do Ave que era um documento orientador e tinha também o roteiro municipal para a descarbonização de Fafe. Com todos esses documentos estratégicos, o município traçou o caminho para a resiliência, transição energética e descarbonização do concelho, em todos eles se sublinhava a importância de redução do consumo de combustíveis fósseis, possível com a redução do uso do automóvel particular, substituindo gradualmente pelo maior uso do transporte e por modos suaves de transporte. Tendo em conta tudo isso, como é que a Câmara encontrava coerência na intenção de gastar centenas de milhares de euros na construção de mais parques de estacionamento para automóveis; como é que a Câmara ainda não deu prioridade à construção de abrigos para quem utilizava os transportes coletivos na zona industrial, por exemplo; como é que a Câmara continuava a não ter um conjunto de vias cicláveis. Afirmou que a Assembleia aprovou, por unanimidade, uma moção que recomendava à Câmara que fizesse uma rede ciclável, mencionando que foi há pouco tempo, mas que imaginava que estivesse na gaveta. Perguntou, ainda, onde estavam as bicicletas que a Câmara comprou e que serviram para tirar umas fotografias para os jornais e pouco mais.

-----De seguida, foi dada a palavra ao deputado **José Ribeiro, eleito pelo movimento JRPFS**, que começou por dizer que tinha um conjunto de observações, algumas questões e como diria o Gonçalo Castro, perguntar não ofendia, não ofendia a quem não ofendia, pois às vezes ofendia, mas, como era habitual, trazia e ia continuar a trazer mais algumas questões que eram sobretudo alertas e colaborações para que o executivo tornasse a cidade ou o concelho ainda mais atraente, ainda mais agradável e mais simpático. Afirmou que durante os anos em que foi



Presidente da Câmara, se tinha esforçado por fazer da cidade uma cidade limpa, cada vez mais limpa, mais asseada, mais organizada e era esse o caminho que julgava que deviam continuar a trilhar e não estava a dizer que não era isso que tinha sido feito, no entanto, preocupava-o que, com muita frequência, na rua, os cidadãos reparem que a cidade estava suja ou cada vez mais suja. E era verdade que havia alguns focos de sujidade por incumprimento dos cidadãos, mas era preciso também que houvesse uma atuação firme da fiscalização e dos serviços no sentido de corrigir, mesmo que fosse necessário eventualmente colocar de sentinela alguém durante as horas que fossem necessárias para apanhar aqueles que infringiam. Mencionou que já tinha falado do elevador do Calvário e ia falar recorrentemente de outras questões também, pois há cerca de 15 dias o elevador do Calvário estava a funcionar e bem e naquele dia à tarde não funcionava. Referiu que foi verificar, não porque quisesse ver ou constatar que ele não funcionava, mas porque quando, há 15 dias o utilizou para ir ao Jardim do Calvário, reparou que a caixa do elevador estava num estado de sujidade tal que, como diria o povo “metia nojo”. Assim, gostava de observar e de pedir ao Presidente da Câmara que reportasse aos serviços que quando se ligava ou quando se desligava, sobretudo quando se ligava, houvesse o cuidado de limpar a caixa, de limpar os vidros e toda a sujidade que estava no chão do elevador. Afirmou que, indo ao Jardim do Calvário, constatou com grande satisfação e quero parabenizar, felicitar o executivo por isso, a descrição das espécies arbóreas que lá existiam, mencionando que era de facto uma falha que o Jardim do Calvário tinha e que, foi muito bem reparada. Sobre a fonte do passadouro, mencionou que já pediu ao executivo que colocasse alguma informação sobre a qualidade da água, que a placa, entretanto, desapareceu, dizendo que no dia anterior tinha ido buscar água, por causa do apagão, e reparou que a placa já estava, mudou de sítio, mas era a mesma e quem utilizava, provavelmente, teve o cuidado de traçar o não. Portanto, era água não era, como dizia a placa, controlada, tiraram o não e portanto passou a estar controlada. Afirmou que sabia que era a denominação legal mas julgava que aquela água era para consumo das pessoas, deveria haver alguma informação para aqueles que a utilizavam. Pedia também ao Presidente da Câmara que mandasse limpar o mármore que revestia o Parque de Estacionamento da Biblioteca porque com tantas obras feitas ali à volta, aquele revestimento estava em muito mau estado e merecia uma limpeza. Já agora também a limpeza do monumento que ficava em frente ao antigo Zé da Menina porque aquando da inauguração da obra, eu tive a oportunidade de chamar a atenção dos serviços para esse pormenor, mas até ao momento aquele monumento não foi limpo e julgava que deveria ser limpo. Afirmou que, há uns meses pediu, por intermédio do Presidente da Assembleia ao Presidente da Câmara que lhe fornecesse os relatórios do Festival da Vitela que já tinha pedido também algumas vezes, bem como das obras da Cumieira, sobretudo do pagamento das mesmas pelas particulares e continuava sem ter resposta e não lhe parecia que fosse uma



atitude de grande correção que o executivo não desse importância às questões que a Assembleia colocava, não desse resposta. Sobre a Chaminé de Alvorada, perguntou ao Presidente da Câmara se foi aberto algum inquérito e se já se sabia o que tinha acontecido, se foi a máquina que se esbarrou na chaminé, dizendo que normalmente antigamente se abriam caminhos onde os proprietários não deixavam alargar, as máquinas esbarravam-se e depois o proprietário acabava por deixar ou então ia a tribunal onde acabava por ficar caro o muro ou a falta de autorização. Mencionou que era bom que soubessem o que de facto se passou e aquilo que a Câmara pensava fazer relativamente à chaminé. Gostava, ainda, de perguntar também sobre o projeto da Praça José Florêncio Soares porque nas imagens que viu nas redes sociais, ficou com uma dúvida sobre se a parte superior do parque de estacionamento ia recriar o antigo Jardim da Queimada que era o projeto que estava em execução na Câmara ou se foi alterado como lhe parecia. Portanto, a ideia naquela praça seria que se recuperasse ou se recriasse o antigo Jardim da Queimada, um jardim tropical. Disse que teve conhecimento de um caso de um sem-abrigo em Gontim, e acreditava que o Presidente da Junta já, numa altura qualquer, lhe falou disso mas ficou surpreendido pelo facto de estar alojado numa antiga escola em situação infra-humana, um cidadão daquela freguesia que, pelos vistos, já ia para cerca de 4 anos, pelo que perguntou ao Presidente da Câmara se tinha conhecimento, ou melhor, sabia que tinha conhecimento, o que já tinha sido feito ou o que pensava fazer para resolver essa situação que, à falta de mais informação, os envergonhava a todos. Quanto às comemorações do 25 de Abril, gostava de felicitar a Comissão Organizadora das mesmas, assim como a Câmara Municipal, naturalmente, na parte que lhe cabia, com um particular destaque para o desfile dos cravos que julgava ter dado um carácter popular ao 25 de Abril que até agora havia faltado. Portanto, foi muito bem conseguido, foi um momento muito feliz e popular para o qual também contribuíram muito e sobretudo as juntas de freguesia que quis também enaltecer pela sua capacidade de mobilização e de organização das caminhadas que aconteceram e que percorreram o concelho. Mencionou que faltou mesmo nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril um momento particular para homenagear os Capitães de Abril, e esse lapso, do seu ponto de vista, ou a ausência de lembrança sobre a homenagem aos Capitães de Abril, veio-lhe à memória quando, na comemoração do 25 de Abril no Cineteatro, mais uma vez constatarem a ausência de um elemento do movimento das Forças Armadas. Achava que tinha que ser feito um esforço no sentido das Forças Armadas se fazerem representar nas comemorações, como era habitual, e estavam sempre a tempo também de promover algo que homenageasse os Capitães de Abril. Achava que era, eventualmente, a cereja no topo do bolo daquilo que se fez, não lembrava tudo, naturalmente, mas ficava o registo. Afirmou que, assim como foi de grande nível o colóquio do Dr. Luís Amado na sessão do 25 de Abril, julgava que teria sido preferível que o tivessem numa conferência onde pudessem questioná-lo, fazer perguntas, até porque o



tema não era propriamente, não foi o 25 de Abril, e que no 25 de Abril falassem de 25 de Abril, mas foi, de facto, uma conferência de grande nível e de grande reflexão. Finalmente, perguntou ao Presidente da Câmara como ocorreu o apagão em Fafe se foi ativado o plano municipal de emergência, se foram contactados os membros que integravam esse plano, se as comunicações funcionaram. Sabia que elas funcionaram mal por todo o país e até nem houve algumas vezes. Mas que reflexão ficava dessa experiência que tiveram no dia anterior com o apagão e como é que, no concelho, foi a atuação do município.

-----Não havendo mais inscrições, foi colocada a apreciação a Moção Comemorar Abril, apresentada pelo PCP/PEV, tendo procedido à sua leitura o deputado Alexandre Leite: “Passaram 51 anos desde a Revolução de Abril, esse acontecimento ímpar que marca o fim da ditadura e nos impulsionou para um projeto progressista que é a referência para a construção do presente e o futuro do país. A concretização dos valores de abril são uma necessidade objetiva para um Portugal fraterno e de progresso que continuamos a afirmar. Necessitamos de procurar que a Constituição da República Portuguesa, saída do 25 de Abril, seja efetivamente cumprida para garantir um país com melhor presente e mais futuro, livre e democrático, que dê resposta às desigualdades, aos baixos salários, ao direito à saúde, à educação e à habitação. Comemorar abril é também defender abril, afirmar a democracia numa altura em que se desenham e se assumem abertamente projetos reacionários e antidemocráticos. Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Fafe, reunida a 29 de Abril de 2025, delibere saudar o 51º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam. Saudar as comemorações populares do 25 de Abril, bem como as diversas iniciativas organizadas pela Câmara Municipal de Fafe relacionadas com esta celebração e que neste ano tiveram uma especial dimensão. Continuar, enquanto órgão do poder local democrático, nascido com a Revolução de Abril, a defender a democracia, a liberdade, a paz, fazendo da Constituição da República Portuguesa um guia de ação para o aprofundamento da democracia nas suas vertentes política, económica, social e cultural. Apelar aos trabalhadores, estudantes e povo em geral que participem nas Comemorações Populares do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, pelos valores e significados que partilham com a Revolução.”

-----Solicitou a palavra o Deputado **Armindo Fernandes, eleito pelo PS**, para dizer que só quis intervir agora porque tinha esperado que todos tomassem posição sobre as comemorações do 25 de Abril, calculo que, com esta moção, tenha sido a última intervenção sobre a mesma. Mencionou que era evidente que o Partido Socialista se congratulava, que ficava satisfeito, todos os socialistas estavam imbuídos desse espírito que o 25 de Abril trouxe e apreciaram devidamente aquilo que foi feito. Apesar de alguns que aqui estiveram apresentarem aqui ou ali pequenas falhas ou pequenas faltas que tenham existido nas ações



durante as comemorações de 25 de abril. Admirou-se que se tenham esquecido, praticamente o primeiro, no dia 22, a inauguração da exposição dos resistentes em Fafe, que era uma exposição muito importante e que demonstrava a todos que a resistência ao fascismo não esteve só em Lisboa ou no Porto, esteve em todo o país, em todas as terras havia sempre alguém que resistia, havia sempre alguém que estava contra. E em Fafe não foi um, não foram dois, foram mais de duzentos aqueles que estiveram contra o regime fascista. Estiveram ao longo de todos os 48 anos que durou o fascismo, ou mais corretamente, os 41 que durou o regime enquanto Salazar e Marcelo Caetano. Afirmou que gostaria de fazer só uma pequena observação em relação ao 25 de abril, propriamente dito, e não só às comemorações, porque era preciso ter em atenção e todos os que ali estavam, naturalmente notavam a diferença daquilo que ia dizer, que era o 25 de Abril, o que era antes e o que foi depois do 25 de Abril. A grande diferença entre o cinzentismo, o acomodatismo, as pessoas estavam acomodadas ao regime e aquilo que eram na atualidade eram todos, inclusive até nas assembleias municipais onde a democracia se expandia e onde podiam ouvir todas as críticas, viessem elas de onde viessem. Naturalmente a democracia era feita assim mas havia um dos aspetos que gostava de salientar com alguma brevidade até porque, sem essa, nada do que tinham na sua existência política porque no fundo todos estavam a exercer um ato político, pelo que fazia qualquer sentido, que era a cultura. Afirmou que cultura foi sempre um dos aspetos que durante a revolução, pós-revolução e até há poucos anos atrás, foi sempre tida como sendo um parente pobre da democracia. Referiu que os orçamentos do Estado foram sempre mínimos, aliás, era interessantíssimo haver uma espécie de Nato para a cultura, pois se assim fosse havia um mínimo do orçamento para a cultura, mas falava não só do nacional, mas sim também do local porque era aquilo que lhes interessava. Disse que Fafe há 40 anos tinha um determinado tipo de vida, de existência, as pessoas viviam de uma determinada maneira, e que atualmente viviam de uma maneira totalmente diferente, e estava em Fafe há 40 anos, sabia bem da diferença daquilo que encontrou e daquilo que atualmente vivia. E tudo isso se devia a todos aqueles que durante 46 anos, referindo-se só a partir do ano de 1979 quando o Partido Socialista ganhou as primeiras eleições, até este momento onde ainda continua no poder e durante esse período teve sete vereadores da cultura. Afirmou que todos eles estiveram no seu tempo e ao seu modo, imbuídos do espírito que emanava do Partido Socialista, os princípios que os norteavam, sabiam que um povo culto era um povo mais ativo, um povo que não se deixava enganar, que era um povo que não ia em cantos de sereia e, portanto, seria sempre um povo que os agradava porque os questionava também e os obrigava a serem cada vez melhores. Fez um destaque para terminar, até porque na sala estavam três ex-veredores da cultura, começando pelo Artur Coimbra, o primeiro, depois um ano com Paulo Pinto Bastos, no mesmo mandato, seguindo José Ribeiro, Jaime Bonifácio, o atual presidente da Câmara, Antero



Barbosa, Pompeu Miguel Martins e, finalmente, a atual Paula Nogueira. Disse que todos eles seguiam um princípio, e com isso terminou dizendo que, em 1941, em outubro, no Parlamento de Inglês, Winston Churchill proferiu uma frase famosa e que toda a gente na sala, ou pelo menos a maioria, saberia do que ia falar. Tinham começado em setembro os bombardeamentos de Londres que estava diariamente a ser bombardeada e nenhum teatro, nenhuma sala de espetáculos, nenhum museu foi encerrado e em pleno parlamento, quando Churchill proferiu a seguinte frase: “Se não for para cuidar das tradições e da cultura porque é que nos estamos a defender”.

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, ***foi aprovada, por maioria, com 10 abstenções (PSD/PPD e Chega).***

-----Pelo Presidente da Mesa foi dito que havia três votos de pesar, propondo pôr à votação cada um dos votos e, no fim, propunha que se fizesse um minuto de silêncio em homenagem aos três, caso concordassem, pelo que se leu o primeiro:

- Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Monteiro, no passado dia 13 de março faleceu o Dr. Miguel Macedo, destacado ex-dirigente e ex-governante do PSD em várias pastas, tendo-se distinguido pelas suas firmes convicções, honestidade e seriedade política, bem como pelas suas competências. Tendo estado em Fafe, em diferentes circunstâncias e propósitos, foi enquanto Ministro da Administração Interna que mais ajudou ao nosso progresso, já que foi consigo que celebrámos o protocolo para a construção do quartel destacamento da GNR, processo pelo qual lutávamos há cerca de 20 anos. Por essa razão e pela forma empenhada, elegante e isenta como nos tratou, proponho que esta Assembleia aprova um voto de pesar e condolências à sua família, bem como o nosso apreço pelo seu contributo.”

Colocado à votação, foi ***aprovado, por maioria, com uma abstenção do Chega.***

- Voto de Pesar pelo falecimento de João Cravinho destacado ex-dirigente e ex-governante do PS em vários governos e pastas, destacou-se pela sua seriedade e honestidade política, pelas suas reconhecidas competências, pelas suas fortes convicções na luta contra a corrupção e na defesa da regionalização, acreditava como poucos no poder local, democrático e nas vantagens da criação das regiões. A sua ação governativa foi muito relevante e importante para o Vale do Ave e, particularmente para a Fafe, designadamente nas acessibilidades a que destacamos a A7 e a variante Guimarães Estada Nacional 206, tendo inaugurado a variante norte a Fafe na zona industrial. Fafe e o Vale do Ave devem-lhe muito e por isso será de elementar justiça que esta Assembleia Municipal aprove um sentido o voto de pesar e condolências pela sua morte, bem como o nosso agradecimento e reconhecimento da sua ação, transmitindo à sua família e dando disso conhecimento público.

Colocado à votação, foi ***aprovado, por maioria, com uma abstenção do Chega.***



- Voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco. A 21 de abril de 2025 faleceu Sua Santidade do Papa Francisco, Jorge Bergoglio, aos 88 anos, figura incontestável do nosso tempo, marco de simplicidade, alegria, proximidade e inabalável espírito de compaixão, o Papa Francisco sempre se posicionou como um defensor convicto dos valores de justiça, solidariedade e fraternidade que ultrapassam todas as fronteiras da religião e ideologia. Voz muitas vezes dissonante, pautou-se o pontificado pela defesa da igualdade, dignidade, aproximação das instituições ao seu povo e modernização da Igreja Católica. Francisco apresentou-se como o Papa da Juventude, como uma esperança viva repleta de palavras com enfoque nas efetivas ações de alerta, mas também de reforço da necessidade de lutarmos diariamente pela dignidade de qualquer ser humano. Devoto mariano, o Papa Francisco marcou Portugal pela envolvimento de toda a comunidade em torno do seu legado vinculado pela realização das Jornadas Mundiais da Juventude, evento sem precedentes que ficará para a memória como um momento de união do mundo ideal de fé, com repercussões a todos os níveis religiosos, sociais, culturais e económicos. Recordamos a sua santidade do Papa Francisco, enaltecendo a sua obra material e imaterial, de Francisco fica à memória de uma mensagem de humanismo, de dedicação plena ao bem comum, sem receios. Pelo exposto à Assembleia Municipal de Fábrika, 29 de abril de 2025, delibera apresentar um voto pesar por falecimento do Papa Francisco, voto que deverá ser comunicado às autoridades religiosas e diplomáticas, nomeadamente ao Arciprestado de Fafe, Arquidiocese de Braga, Patriarcado de Lisboa e Nunciatura Apostólica da Santa Sé.

Colocado à votação, **foi aprovado, por unanimidade.**

Por fim, foi guardado um minuto de silêncio.

----- De seguida, o deputado **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV** tomou a palavra para dizer que repetidamente não era cumprida e fazia parte do Regulamento e estava combinado entre todas as forças políticas, para, o mais cedo possível, enviarem as moções ou os votos de pesar para poderem analisar, afirmando que recebeu os três votos agora, um deles não foi o que foi votado, por isso, não era o que estava combinado entre todos.

De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que começou por agradecer todas as questões colocadas e dizer que tentaria, de forma breve, responder a todas:

- Sobre a intervenção da deputada Isabel Freitas, mencionou que era uma declaração política, não foi propriamente questionado, de qualquer das formas, em abono da verdade, queria dar-lhe conta que tomou nota de duas coisas, uma que referiu relativamente à carga fiscal e que nós não era um município muito penalizador dos nossos concidadãos e, portanto, no panorama até distrital, eram daqueles que tinham uma carga fiscal até mais amigável. E quanto à prestação de contas, também quis dar-lhe conta que estava completamente disponível para



prestar contas sob o seu exílio daqueles que o acompanhavam. Quanto ao restante, não tinha nenhum comentário a fazer.

- Relativamente ao deputado Bruno Oliveira disse que na questão dos biorresíduos havia atrasos do município de Fafe e de muitos outros, que não era uma tarefa fácil a sua implementação e havia municípios que começaram bem lá atrás. Mencionou que estavam a dar passos para que possamos, a esse nível, também colocar-nos na linha da frente. Informou que esta a ser preparado o concurso para a questão dos biorresíduos, de resto estavam a fazer de forma muito mais abrangente o estudo para a futura integração nas Águas de Fafe de todo esse processo, cujo estudo foi apresentado na Assembleia Municipal. Quanto aos compostores, a Vereadora disse-lhe que estavam nas escolas e em algumas juntas que já o solicitaram;

- Quanto às obras do Centro de Saúde, informou que foram lançados quase todos os procedimentos fazendo a adjudicação pelo preço, que era a forma que tinham, além de atribuir transparência ao processo, fugirem à litigância que havia nesses casos, porque depois havendo um fracionamento entre valia técnica e preço, havia um critério subjetivo e, portanto, o que tinha sido o acompanhamento que tinham feito de outros processos, de outros concelhos, acabavam no tribunal e havia empresas e advogados muito especializados nessas matérias. Mesmo assim, no caso em concreto, na fase do relatório final, havia um dos concorrentes que levantou uma questão sobre a falha de um determinado documento tendo o júri entendido que não era motivo para a não adjudicação e, portanto, prosseguiu com o processo da adjudicação. Referiu que o processo foi parar, naturalmente, a tribunal e havia aqui um conjunto de prazos apertados até porque eram obras financiadas e, portanto, acreditava que estariam a terminar os tempos e o calendário para a Senhora Juíza levantar o efeito suspensivo e depois a ação podia continuar a decorrer para que a Câmara pudesse iniciar a obra. Disse que havia algum atraso que não lhes podia ser atribuída a responsabilidade até porque a obra tinha um prazo de 18 meses e com isso havia um prejuízo. Aliás, era o que tinham alegado em tribunal para o levantamento do efeito suspensivo era essa questão. Estaríamos sempre, se porventura atendessem à reclamação que foi efetuada, que o empreiteiro reclamaria, provavelmente estavam sempre de mãos atadas. A indicação que tinha era que os prazos para a Senhora Juíza se pronunciar terminaram todos e, portanto, a Câmara avançaria e depois a ação decorrer, ou se houver intenção, depois de continuar a litigância em tribunal;

- Relativamente às comemorações do 25 de abril, estavam todos de acordo que as mesmas resultaram muito bem, dizendo que antes tinham tomado a decisão de constituir a Comissão para lhe dar esse caráter mais popular, que houve um conjunto de iniciativas que resultaram muito bem desde logo a primeira iniciativa, o cravo com os alunos no Parque da Cidade, as caminhadas, a exposição e o cortejo que teve uma participação muito empenhada das juntas de freguesia, aproveitando para lhes agradecer. Deixou o repto deque, se às vezes quiser ter a



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

mesma colaboração na marcha, se calhar, estariam todos muito disponíveis para que isso pudesse acontecer. Associou às comemorações do 25 de Abril a questão da Assembleia de Jovens Múncipes, o tema que foi escolhido para a Assembleia de Jovens Múncipes não era da autoria do Executivo, foi indicado pela Assembleia da República. Mencionou que fez o desafio na reunião, portanto não esteve presente, mas fez o desafio aos seus professores presentes e aos alunos a disponibilidade para, naquele formato ou outros formatos, irem às escolas, prestar contas, e desafiou-os porque as perguntas eram todas elas muito ligadas à transição digital, que fizessem perguntas abertas, se tivesse, portanto não havia nenhuma dificuldade e essa era uma forma que tinham também de elevar a cidadania, estavam de acordo.

- A questão da marcação do Conselho Municipal da Juventude, referiu que aquilo que a Senhora Vereadora lhe deu conta era que depois não houve mesmo data para se marcar antes da presente Assembleia.

- Quanto ao Cortejo dos Cravos, a prova de ciclismo também foi a Associação de Ciclismo do Minho que antecipou a prova, não houve da parte da Câmara nenhuma antecipação, a dinâmica e a organização e a calendarização da prova não tinham nenhuma interferência da sua parte. Quanto à sugestão que deixou de haver a transmissão de 25 de abril, concordou, uma vez que também era de opinião que beneficiavam todos com isso e portanto o que sugeriu foi que o serviço tomasse nota para, no ano seguinte se pudesse, quem cá estivesse tomar essa decisão.

- Relativamente às questões levantadas sobre o regulamento do urbanismo, afirmou que era uma coisa complexa que estava e continuava em elaboração e, com a alteração à lei dos solos, implicava mais alterações, não sabendo se não seria prudente fazer um compasso de espera, mas não havia nenhuma contradição na sua aplicação, o mesmo não contrariava a lei e aquilo que se sobrepunha era a lei. Portanto, o regulamento ou as normas que constavam do regulamento contrariavam a lei, no caso concreto, mas sabia que os serviços do DPGU estavam a fazê-lo e provavelmente não seria já aprovado neste mandato porque iria à Câmara, havia ainda a discussão pública, pelo que não sabia se era possível ir à reunião de junho ou de setembro ou então depois à Assembleia Municipal seguinte que se pronunciaria sobre o mesmo.

- Quanto aos parques de estacionamento que estavam projetados, visavam aliviar um pouco a área urbana e, portanto, estavam na periferia, e aquele parque de estacionamento seria construído na entrada do parque da cidade porque continuavam a haver carros e ia continuar a haver carros, depois seriam os elétricos e, portanto, não iam ver-se livres tão cedo da utilização da viatura e desse problema que as cidades tinham ao nível do estacionamento. Existia esse parque e o parque da Praça José Florêncio Soares e com os parques que tinham na orla das cidades, contavam com cerca de 800 lugares, o que para a dimensão de Fafe não resolvia



problemas mas era uma grande ajuda para que pudessem, nas ruas que tinham comércio, ter mais espaços livres para as pessoas pararem e eventualmente fazerem as suas compras.

- O Deputado José Ribeiro fez um conjunto de observações que agradeceu. Portanto, na sua senda que já tinha essa preocupação com a limpeza, afirmou que também tinham, e eram confrontados por diversas vezes com alguns comportamentos de pessoas pouco cumpridoras, afirmando que têm fiscalizado e algumas pessoas foram penalizadas.

- Quanto à limpeza do elevador do Calvário tomou nota, e mencionou que não havia necessidade absolutamente nenhuma de que essas coisas acontecessem.

- Relativamente à água do Passadouro, afirmou que eram feitas análises uma vez por mês, mas isso não era garantia para que se pudesse lá colocar um letreiro a dizer “água controlada”. Portanto, a questão da análise era apenas por uma questão de precaução da Câmara, mas desaconselhavam completamente a sua utilização, referindo que estava uma pessoa atrás do Deputado José Ribeiro que corroborava aquilo que disse.

- Relativamente ao relatório sobre a vitela assada, mencionou que já o leu há um tempo portanto houve uma lacuna de não lhe ter sido remetido.

- Sobre as obras da Cumieira, o assunto não estava resolvido, e acreditava que já tinha dito isso na Assembleia, dizendo que as contas foram fechadas relativamente à comparticipação para aquela obra há bem pouco tempo, pelo que estavam em condições de poderem regularizar a situação.

- Deixou a chaminé da Alvorada para último, para lhe dizer porque foram dez questões, a Praça Florêncio Soares era uma recriação do Jardim da Queimada, portanto o arquiteto mostrou e teve presente aquilo que lá existia, podia ser um desenho mais criativo, mas se fosse necessário, estava disponível para que a obra que estava a concurso, até que o próprio arquiteto que a concebeu com um projeto feliz, pudesse fazer uma demonstração, se às vezes o entendesse.

- O sem-abrigo que referiu em Gontim, nas eleições de 2021 já a situação existia, há mais quatro anos, era uma situação complicada de resolver mas com esforço da Câmara, existia um empenho muito particular da Vereadora Palmira Dias que se deslocou já várias vezes ao local, afirmando que não era uma situação nada fácil de resolver, pois estava associada a outras questões de saúde mental, referindo que há alguns casos que são mais fáceis de encontrar soluções, outros mais difíceis.

- Relativamente ao apagão em Fafe, não foi acionado o plano de emergência, foi acionado por Guimarães, Famalicão e Braga e porque tendo três concelhos com o plano de emergência acionado, ele, como Presidente da Comissão Distrital, tinha que acionar o plano distrital, informando que havia uma reunião marcada para às 9 da manhã do dia da presente sessão e, entretanto, Guimarães desativou a presença, portanto, ficou só com Famalicão e com Braga,



que se prenderam com outras questões de falta de água entre outras. Referiu que as comunicações não existiram. As comunicações não existiram, as do SIRESP não estavam preparadas para estar um período tão alargado, funcionavam durante oito horas, portanto, a contingência era que até às quatro da manhã tínhamos comunicações, felizmente, a luz veio mais cedo e resolveu todos os problemas. Afirmou que da parte da Câmara articularam com as forças todas, GNR, bombeiros, etc, reforçaram as equipas com a polícia municipal, houve uma preocupação e circulação na cidade para não haver nenhum problema até com outras questões que pudessem surgir com insegurança. Disponibilizaram o gerador da Câmara para o Centro de Saúde pelas questões relacionadas com a vacinação e tudo isso foi acautelado da parte da tarde. Afirmou que tinha marcada, para as 10 horas da sexta-feira seguinte, uma reunião com todos os serviços municipais, com os diretores municipais, com a proteção civil, para fazerem uma avaliação do que não correu tão bem e como se deveriam preparar para situações dessa natureza porque também detetaram um conjunto de falhas.

- Relativamente à chaminé da Alvorada caiu e não era a intenção da Câmara que caísse, portanto era intenção preservá-la naquele local. Ela caiu antes que os trabalhos que estavam preconizados no concurso tivessem sido efetuados, foi numa fase preparatória para a execução da obra. Estavam a consolidar ou a encher massa para que ela ganhasse solidez e depois é que se iria proceder à recuperação da chaminé. Tinha conhecimento que a empresa que estava a reconstruir e ia-lhes fazer chegar a esse relatório. Mencionou que já consultou diversas empresas da área habituadas a recuperar aquele tipo de chaminé, que era antiga, tinha cerca de 80 anos e até os tijolos que estavam no chão, estavam na Universidade de Minho até para se ver se seria possível aproveitar aqueles, pois sendo possível, era essa a intenção da Câmara fazê-lo. Portanto, a Câmara não tinha nisso qualquer responsabilidade, a questão do custo não se punha, pois não era a Câmara que ia assumir nenhuma responsabilidade pela recuperação, cabia à empresa que tinha que agora proceder à sua reconstituição. Naquele local, ponderou-se, face à fragilidade, e até porque já não estava completamente na vertical, deslocá-la daquele sítio porque queriam empurrar o terceiro bloco um pouco para trás, mas depois tomou-se a decisão de não lhe mexer. Porventura, agora, teria que se reavaliar todas essas situações mas aquilo que era a intenção da Câmara seria a de manter aquela memória e preservar lá e, se possível, recuperar com os materiais que da mesma constavam.

Passou-se para a Ordem do Dia - Ponto um - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto dois - Apreciação e votação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão e divulgação do Património relativos ao exercício de 2024;



-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para felicitar os serviços que tinham tornado o relatório mais amigável em termos de análise para quem não era da área e, acreditava que, com muita transparência, colocava as contas de uma forma perceptível para todos. Realçou dois ou três aspetos relacionados com a prestação de contas, o primeiro era a arrecadação da receita, o orçamento inicial tinha previsto uma receita de 53 milhões de euros e com as modificações que foram feitas ao longo do ano chegou aos 61 milhões de euros. Realçou um aspeto que, na sua perspetiva, era positivo e que se prendia com terem tido a capacidade de arrecadar a receita 100%, até ultrapassou 100%, chegou aos 103%, com a execução da receita corrente a chegar aos 100.8% e a taxa de receita de capital ficou pelos 99.9%. No quadro que está na página 21, verão que desde 2021 até agora, em 2021 arrecadaram 85% da receita, em 2022, 92%, em 2023, 94 % e, atualmente foram capazes de arrecadar 100% da receita. Afirmou que, como deveriam calcular, quando havia necessidade de fazer o equilíbrio orçamental, às vezes inflacionava-se um pouco a receita para que as contas, no final, batessem certo. E, portanto, isso não tinha acontecido, tinha havido rigor na elaboração da receita que arrecadaram. Referiu que do ponto de vista da despesa, ela refletia as opções que acabaram por tomar, entre a despesa paga e a comprometida porque havia obras que estavam comprometidas com financiamentos e por uma razão ou outra tiveram que manter o dinheiro cativo, mencionando que tinham uma execução que se fixava nos 87.80%. Como positivo, também, na prestação de contas não tinham pagamentos em atraso superiores a 90 dias e, na página 17, havia um quadro que lhes indicava que a Câmara de Fafe pagava a 3 dias, portanto as faturas que davam entrada na Câmara, o que comprovava a boa saúde financeira e honrava os compromissos com aqueles que lhes prestavam serviços. Mencionou que não tinha mais nada a acrescentar, a não ser fazer uma referência ao resultado líquido do exercício que se cifrava nos 3.300.000 euros.

-----Solicitou a palavra **Rui Flório Costa, eleito pelo JRPFS**, para dizer que ia abordar questões importantes relacionadas com as contas 2024 do município com o objetivo de promover a discussão, essencialmente de uma forma transparente e construtiva. Primeiramente e começando já pelo fim, destacou a questão da certificação legal de contas de 2024, que desta vez se apresentava completa. Afirmou que era preocupante porque, mais uma vez, as contas apresentavam reservas ou ênfases na sua certificação legal, o que a partir daí criava condições para que o município fosse considerado como não merecedor de crédito, salvo justificações cabais que não comprometessem a veracidade. Daí, perguntou, uma vez que o Presidente da Câmara afirmou que se regozijava com as contas, quando é que essas ênfases e reservas seriam resolvidas, uma vez que questionava isso sucessivamente e até ao momento continuava tudo na mesma. Observou que esse problema persistia ao longo do mandato, sem nenhuma resolução à vista, como afirmou o próprio Revisor Oficial de Contas e citou “não é



possível quantificar os efeitos que a regularização dessas situações poderá provocar na demonstração financeira”. Repetiu, uma vez que tinha solicitado isso várias vezes e as palavras não eram suas, eram uma reprodução fiel do Revisor Oficial de Contas que dizia que não era possível quantificar os efeitos que a regularização dessas situações poderia provocar na demonstração financeira. Isso levava-os a questionar se teriam mais notícias ou em que é que o Presidente da Câmara se baseava para estar tão confiante nas contas que apresentava como apresentou. Outro ponto importante era a apresentação da Carta de Recomendação do ROC, este ano não foi facultada, embora saibam que a apresentação da mesma não era obrigatória, noutros anos essa transparência foi mantida. Disse que gostariam de entender a razão para a sua ausência agora pois a transparência era fundamental para a nossa avaliação e ainda se lembrava das suas palavras no início do mandato, até porque lhe foi pedido para as comentar na FAFETV, que disse aumentar a transparência. Mencionou que as palavras eram do Presidente da Câmara, no início do mandato, pelo que questionou sobre o porquê da carta de recomendação do Revisor Oficial de Contas não ter sido facultada à Assembleia. Quanto ao relatório de Contas de 2004, punha-os a aprovar Contas 2024 e não 2023. Notaram, desde logo, que na página 87 e 89 ainda apresentavam cabeçalhos incorretos referindo-se ao ano de 2023. Essa era uma questão de atenção pois estavam a aprovar as Contas de 2024, ainda que fosse um lapso de escrita, era demonstrativo de que se usava o copiar-colar, detalhes como esse comprometiam a credibilidade do documento e revelavam o rigor com que eram tratadas as contas por o município. Afirmou que, em boa verdade, era como os orçamentos, ou seja, no início eram algo e depois no final eram totalmente diferentes, eram realizadas alterações substanciais aos orçamentos. No que dizia respeito aos números apresentados, era evidente que o município vivia uma realidade de curto prazo, com uma forte dependência das receitas e despesas correntes. Relativamente ao grau de execução da receita e despesa total, tinham 100,6% da execução da receita total e 78,3% da despesa total. Referiu que tinham de dividir as receitas e despesas pelas fontes de capital, respetivamente, ou seja, a nível da receita nem era preciso falar, visto que se situava na sua cobrança máxima, fruto de ajustes dos orçamentos, como era óbvio e como tinha sido hábito. Disse que a execução de 81,8% nas despesas de funcionamento, que caiu em relação ao ano anterior, indicava uma gestão que priorizava o funcionamento diário em incremento do investimento de médio e de longo prazo. Relativamente às despesas correntes, aquelas de funcionamento, como disse, tinham um grau de execução de 81,8%, menos 3,8% do que em 2023, e se no ano anterior foi mal, no ano 2024 ainda foi pior, no entanto, era difícil perceber o grau de uma despesa que era de funcionamento, ou seja, considerava-se por despesas correntes as que se faziam num determinado ano e se esgotavam nesse mesmo ano, por exemplo, pagamentos dos vencimentos a funcionários, e as transferências correntes, ou seja, perante estas contas quem é



que ficou sem receber ou as contas estavam erradas. Mencionou que essa postura podia comprometer o desenvolvimento sustentável do município, pois o que verdadeiramente retiravam desta situação era que o município vivia para o curto prazo e não para o médio e longo prazo, pois a Câmara vivia para o funcionamento e não para o investimento, pois se o município tivesse uma visão de médio e longo prazo teria certamente um grau de execução muito maior a nível das despesas de capital e não apenas os 70,4%. Referiu que não existia um planeamento e processo de investimento consolidados. Afirmou que a Câmara nesse momento vivia para o dia-a-dia e se não era verdade o que estava a dizer, Sr. Presidente, que dissesse se esses números eram diferentes e lhes mostrasse que eram diferentes. Destacou também a rubrica de comparticipações externas que cresceu 204%, atingindo mais de 7,4 milhões de euros. Essa variação era significativa e não foi claramente explicada no documento, apesar dele ser extenso. Assim, gostariam de saber se esse aumento era recorrente ou não recorrente, para entender melhor o impacto desse aumento. Outro ponto que mereceu atenção era o saldo de gerência atualmente com mais de 15 milhões de euros, pedindo uma explicação clara sobre essa quantia para que pudessem compreender a sua origem e uso, uma vez que o orçamento também não era claro. Referiu que na análise da receita fiscal, observaram uma diminuição do IMI e do IMT, o que indicava uma possível ausência de transações imobiliárias em Fafe, por outro lado, houve aumento do imposto automóvel e na derrama. Essa situação levantava dúvidas sobre o mercado imobiliário local e a arrecadação fiscal, mencionando que a evolução da receita fiscal não era animadora visto que verificou o seguinte: O IMI com um decréscimo de cerca de 217 mil euros; o IMT com um decréscimo de cerca de 175 mil euros ou seja, tinham subidas do imposto automóvel de cerca de 24 mil euros e na derrama de 92 mil, tinham um saldo global negativo de cerca de 275 mil euros. Afirmou que isso não era positivo, pois o que podiam retirar desse mapa era que não existiam transações imobiliárias em Fafe e o que mais lhe chamava a atenção era a quebra do valor do IMI, perguntando se conseguia explicar. Disse que os impostos, contribuições e taxas a crescer 9,7%, muito inferior ao crescimento das FSE's, 16,7%, e dos gastos com o pessoal. Apesar da redução dos mesmos, houve um crescimento de 9,5%, sem dúvida que o município continuava demasiado dependente do Governo Central, pois sem isso era muito difícil manter a estrutura atual, se não vejamos, publicidade, comunicação e imagem cerca de 116,7%; Outros serviços especializados cerca de 84%; Outros diversos relacionados com feiras francas cresciam 17,5%; outros encargos que não sabiam e nem vislumbravam qualquer explicação de cerca de 34,8%. No entanto, frisou a questão do crescimento da publicidade, comunicação e imagem em 116,7% e que eu gostaria de obter uma explicação para esse crescimento exponencial. Mencionou que havia mais uma rubrica na demonstração de resultados, sem qualquer explicação e com um valor muito considerável, a passar de 613 milhões de euros, um crescimento de cerca de 36%, solicitando, pois, a repetida



explicação e discriminação dos mesmos 613 mil euros. Reparou que o resultado líquido diminuiu em 6,4%, mas a minha questão mantinha-se, ou seja, o valor das compras externas com cerca de 7.400.000€. Perguntou se isso ia ser um ato recorrente ou não recorrente. Afirmou que diante de todas essas reservas e questões, infelizmente, não podia aprovar as contas 2024 agora apresentadas. Acreditava que havia uma necessidade urgente de aprimorar a transparência e fortalecer o planeamento de médio e longo prazo para que o concelho avançasse de forma mais segura e responsável. Mencionou que estavam comprometidos para que no futuro pudessem aprovar contas que reflitam uma gestão mais sólida e transparente, sempre pensando no melhor para a comunidade de Fafe.

-----De seguida, usou da palavra **Vasco Lopes, eleito pelo PDS/PPD**, dizendo que queria começar com uma palavra clara, mas que era importante para si dizer, não tinha qualquer ambição política, nem de exercer nenhum cargo político, nem era movido por qualquer ressentimento e tinha um profundo respeito e carinho por todos que estava na sala e também por todos os Fafenses. Afirmou que o que o movia era apenas o desejo sincero de ver Fafe a crescer e a prosperar, seja esse contributo vindo da esquerda ou da direita, não era o mais importante, o mais importante era Fafe e, acima de tudo, ele era fafense. Na sua intervenção, e como sempre fez e como fez já na Assembleia passada, em relação aos custos da gestão da água e dos resíduos, iria tentar ser o mais factual possível e basear-se-ia apenas nas evidências dos dados que lhes eram fornecidos no relatório e que lhes diziam uma mensagem muito clara e inequívoca que o executivo não governou com os olhos postos no futuro, mas sim com os olhos bem fixos nas eleições que se seguiam. Em concreto, os dados diziam-lhes que o orçamento de 2024 previa um gasto de 61 milhões de euros em despesa, contudo, apenas 53 milhões foram efetivamente executados, o que correspondia à taxa global de execução de cerca de 86%. Porém, na execução global das despesas correntes e de capital, se olhassem para a despesa de capital, que é era o que realmente interessava e que permitia construir o futuro coletivo de Fafe, apesar de ter havido três alterações modificativas, ficou-se por cerca de 70%, o que era manifestamente muito pouco. Mencionou que o que, à primeira vista, até seria uma execução global aceitável, de 86%, escondia na verdade uma governação centrada no imediato, no que era visível, no que era eleitoralmente rentável, em detrimento do investimento que era estrutural e que garantia um futuro para Fafe. Realçou onde mais se investiu, cultura - a despesa cresceu 120% face a 2003, investindo-se quase mais de 3 milhões de euros em eventos, iluminação e festividades; urbanismo e obras públicas - requalificação de quatro escolas, praça da justiça, parque da cidade, eventos de grande impacto, o evento Camilo em Passos custou 240 mil euros, mais do que muitos programas sociais. Afirmou que eram investimentos muito visíveis, sem dúvida, para a população e extremamente eleitoralistas. Quanto a áreas que eram estruturantes e que foram negligenciadas, a ação social representava



apenas 4,2% da despesa, com cortes significativos nas transferências sociais. Saneamento e ambiente - um investimento de apenas 0,4% da despesa total sem qualquer tipo de inovação, por exemplo, na gestão dos resíduos. Educação, a qualidade pedagógica continuavam precárias e havia bastantes queixas. Na área da saúde, não havia novos serviços nem obras em infraestruturas. Na habitação a execução era quase nula do Programa Primeiro Direito à Habitação, apenas 5 euros foram executados. Mencionou que não tinham dúvidas pelo que se lia no relatório, que o executivo do Partido Socialista priorizou o que era mais vistoso, fotografável e eleitoralmente rentável. Ou seja, investiu em eventos, obras visíveis, cultura de consumo rápido e deixou em segundo plano o que exigia planeamento, justiça social e uma visão a longo prazo. Fez um exercício comparativo que era extremamente simples, mas que ilustrava muito bem como tinha governado o Executivo Socialista, mencionando que tinha um aluno de doutoramento que ia entregar a sua tese e na sua tese ele propunha um modelo de avaliação do desenvolvimento das cidades. E usou esse modelo para avaliar as cidades de Guimarães e de Famalicão e pegando em alguns desses dados, recolhidos por ele para fazer uma análise comparativa de onde Fafe investia o dinheiro e onde Guimarães e Famalicão investiam o seu dinheiro. Primeiro começou por dizer qual era a visão política de cada um desses municípios, que é um exercício interessante para fazerem e até para o futuro. Visão política, cidade verde, sustentável e inovadora. Portanto, eles tinham esse objetivo e o foco principal era o ambiente, cultura e mobilidade. Então, Famalicão, visão política, estratégia política, cidade empreendedora e tecnológica, foco, economia, formação profissional e indústria. Visão Política, cidade extrativa e assistencialista. Foco principal, funcionamento corrente e apoio social básico. Verificavam que, em termos estratégicos da estratégia política, Guimarães e Famalicão tinham definido um rumo claro para o seu futuro. Apostaram na sua sustentabilidade, no talento, na inovação e Fafe continuava a viver do passado, da gestão do dia-a-dia, sem uma visão estratégica para garantir que as novas gerações tivessem um futuro promissor. Afirmou que fez um gráfico em que tem as três colunas onde é que cada um dos concelhos investia. A primeira coluna era de Fafe, a segunda era de Famalicão e a terceira era de Guimarães. E verificavam que Fafe, na educação e na habitação, investia menos; só investia mais no funcionamento corrente ou seja, cerca de metade do orçamento ia para a gestão corrente. Enquanto Guimarães e Famalicão investiam fortemente na qualidade de vida, inovação e capital humano, Fafe continuava a gastar quase metade do seu orçamento apenas no funcionamento corrente. Enquanto esses municípios, Guimarães e Famalicão usavam os seus orçamentos para investir estrategicamente no futuro, Fafe continuava preso na gestão corrente gastando grande parte do seu orçamento e dos seus recursos para manter a máquina administrativa a funcionar. Isso era um retrato, uma governação que não tinha uma visão, nem tinha a estratégia ainda definida. Portanto, não tinha ambição e não tinha um objetivo bem



definido pelo que não conseguia a transformação. Mencionou que a consequência disso e que estava à vista de todos, era que o trabalho tinha estagnado, estava incapaz de atrair novos talentos, novos residentes, novas empresas, o concelho estava envelhecido, era incapaz de fixar nos seus jovens. Um concelho que sobrevivia em vez de liderar, portanto, Fafe precisava de uma estratégia, de uma visão e de coragem para investir no futuro porque enquanto Guimarães e Famalicão construíam cidades para as próximas gerações, Fafe arriscava-se a ser apenas uma cidade que estava sempre a recordar o seu passado e não discutia o seu futuro. Mencionou que não tinha nada contra a história e contra o passado, tinha muito orgulho, mas também precisávamos de discutir o nosso futuro coletivo. Portanto, perguntou, de uma forma muito clara, qual dos três municípios tinha governado melhor. Afirmou que o que a história lhes dizia era que nos últimos 50 anos, e isso era factual, Fafe apenas cresceu 2,2% da população, Guimarães cresceu quase 21% e Famalicão cresceu 49%. Esse era um sinal claríssimo de estagnação e falta de atratividade que resultava de uma falta de visão estratégica para o desenvolvimento do concelho. Como conclusão, disse que o relatório de contas de 2024 revelava que o executivo não tinha governado para as próximas gerações, mas sim para as próximas eleições. Investia onde havia palco, luzes, fotografias mas esquecia as bases fundamentais do desenvolvimento, habitação, educação, ação social, inovação, sustentabilidade. Afirmou que esse não era um orçamento de futuro, era um orçamento de marketing, Fafe precisa de estratégia, visão, e não de gestão corrente, e era por isso que, com ponderação e também com responsabilidade, votavam contra o relatório de contas apresentado.

-----Usou da palavra o deputado **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, que, começando por pedir desculpa por estar a repetir a expressão gestão do dia-a-dia, mas tinha escrito que continuavam a verificar uma gestão do dia-a-dia, parecia que concordavam uns com os outros, sem uma estratégia definida para o concelho como um todo, com investimentos que se reflitam na maioria de vidas dos fafenses. Verificava-se um grande aumento na aquisição de bens e serviços, que ascendiam quase em 5 milhões de euros. Mencionou que a rentabilidade do património líquido e do ativo diminuiu, indicando uma menor eficiência na utilização de recursos próprios. Verificou ainda um brutal aumento com despesas do pessoal em comissões de serviço de dirigentes, gabinetes de apoio, mobilidades, entre outros. Disse que houve um aumento de processos pendentes em tribunal contra o município em cerca de um terço, num ano aumentou um terço, mesmo retirando dali três expropriações, o que os pode pôr a pensar sobre a forma de trabalhar do executivo. Verificava-se um aumento de fornecedores em 325%, sendo muito pequena a justificação em comparação com esse aumento. Ressalvava-se também aqui um questão entre o Município e a MEO relativamente à adjudicação de um contrato no valor de 172 mil euros. Adjudicação que pelos vistos foi anulada pelo Tribunal, que obrigou o



município a celebrar contrato com outro concorrente pelo valor de 147 mil, bem mais baixo que o primeiro. Salientou a pressa do município em não respeitar as regras ou, talvez, em não defender como se impunha o interesse público, que poderia levar o município a ter que pagar alguma indemnização à MEO. Mencionou que essa forma predadora de agir das grandes empresas que se conhecia, há muito que se impunha cuidados redobrados nos concursos lançados e as decisões a fazer, mas o que se depreendia daquilo que lhes era trazido era que a Câmara, apesar de, numa primeira fase ter devolvido a fatura emitida pela MEO, logo de seguida parecia-lhes disposta a aceitar fazer pagamentos em prejuízo do erário público e porque foi negligente na forma como celebrou este contrato. Impunha-se, portanto, que a Câmara explica-se porque foi tão ágil a fazer esse contrato que se veio a provar que não poderia celebrar, perante o que lhes foi trazido, na prestação de contas, ia trazer prejuízo para o erário público. Referiu, também, as reservas apontadas pela auditoria realizada, há algumas que já vinham de trás e que a Câmara reiteradamente não corrigia. Portanto, ao longo deste tempo assistiram à continuação de um projeto de governação desarticulada com a vida dos fafenses, com investimentos de duvidoso interesse para a melhoria da vida dos mesmos, com o definhar de algumas freguesias, não ia dizer todas, algumas freguesias, cada vez com menos habitantes e com menos serviços, com falta de transportes, dificuldade no acesso. A semana passada em Freitas, os pais tiveram que recorrer ao transporte particular porque o serviço público de transportes escolar não funcionou por uma confusão que, desconfiava, que se fosse na freguesia da cidade não aconteceria, e isso era apenas um exemplo especulativo mas parecia-lhe que batia certo com o resto da Câmara olhar realmente para o que chamava a atenção, para a cidade. Afirmou que tinha a ideia que a Câmara olhava mais para a cidade do que para o resto das freguesias mas já percebeu que não olhava para a cidade, olhava para o centro da cidade porque a orla da cidade, segundo o Presidente da Câmara que era onde se iam fazer os parques de estacionamento, a orla da cidade era a Igreja Nova, o tribunal e o hospital, e a outra orla era 200 metros abaixo da Câmara por isso, nem era bem a cidade, era mesmo só o “nucleozinho” que cabia numa fotografia. Para terminar, salientou a dificuldade no acesso aos serviços que tinham vindo a degradar ao longo dos últimos anos e nada tendo sido feito para o evitar, antes pelo contrário, continuando uma grande fatia dos investimentos a ser feita na sede do concelho.

----- De seguida, usou a **Deputado José Ribeiro, eleito pelo JRPFS**, para dizer que ponto em análise, o relatório de contas era verdadeiramente um momento de tortura para o Presidente da Câmara e para a maioria de deles porque era um assunto tão árido que, por muitas voltas que a gente desse, acabava por não conseguir apreendê-lo como devia ser. Confessou que, quando era Presidente da Câmara, era um momento de angústia responder porque obviamente não tinha capacidade nem conhecimento para responder às questões mais



técnicas que eram colocadas pela Assembleia, que em abono da verdade já teve mais técnicos e mais intervenção técnica do que tinham hoje. De qualquer forma, na sua opinião, e acreditava que já o disse noutras circunstâncias, aquele era um documento que, em boa verdade, devia vir para conhecimento da Assembleia e devia ficar à guarda do Tribunal de Contas, à apreciação se as contas estavam ou não certas, se estavam bem ou não estavam bem, porque na prática o aqui faziam neste ponto não era mais do que a discussão política prolongada do plano e orçamento. Salientou a intervenção brilhante do deputado Vasco Lopes, em grande parte com quem se identificava, e foi no relatório de contas, podia ser no plano e orçamento. Mencionou que a intervenção do deputado Rui Flórido já foi mais ao âmago das contas e, como era habitual e o seu timbre, deu-lhes conta de algumas imprecisões ou algumas incorreções que certamente os serviços iriam corrigir porque, a ser como disse, não podia seguir para o Tribunal de Contas a conta com essas incorreções. E por isso, e por aquilo que acabou de dizer, identificando-se com grande parte das intervenções que já foram feitas não havia dúvida nenhuma que tinham seguido um rol de gestão corrente. Disse que não havia grande dúvida sobre isso e havendo o dinheiro, como havia do PRR e dos fundos comunitários, estavam-se a dar até ao luxo de algumas excentricidades. Estavam a gastar dinheiro e a intervir em locais onde ainda há relativamente pouco tempo se tinha gasto dinheiro também de fundos comunitários. E por isso, mais uma vez, apelou ao Presidente da Câmara para que lhes fizesse a apresentação definitiva do Plano Estratégico para Fafe porque era de facto o plano estratégico que lhes faltava, que apontasse ao futuro, que lhe dissesse o que queriam para diante e não a preservação do passado e a gestão do corrente porque as contas, e era a forma mais simples de rematar, espelhavam as opções do Executivo e não tanto o Plano e Orçamento porque era através das sucessivas modificações que permanentemente se fazia, que se adulterava completamente o plano e orçamento aprovado inicialmente, mas também era por essa via que permitia que o Presidente da Câmara, que o Executivo fosse ajustando e vendendo “taxas de execução” que de facto não eram reais, eram o fruto dessas modificações feitas à vista, durante o ano. E, numa apreciação muito simples, disse que independentemente de alguns méritos que certamente haveria nas contas e na execução, saldos elevados, como aqueles que viram assistir este ano mais uma vez, revelavam a incapacidade de gastar e de investir. Mencionou que não era um mérito em si, era antes um demérito. Portanto, abstiveram-se na aprovação do Plano de Orçamento, iam abster-se nas contas também, e terminou apenas com uma nota positiva, e essa para o serviço que elaborou o relatório de contas porque de facto o documento apresentado era mais amigável, era de mais fácil leitura e para si que já tinha dificuldade de ler números pequenos, o documento permitia-lhe fazer uma leitura do princípio ao fim. Dirão alguns ou pensarão, vai-te embora, mas iam tê-lo aqui no futuro.



-----Usou da palavra o deputado **Carlos Cunha, eleito pelo PS**, para dizer que nunca era demais sublinhar a importância do momento de transparência que era a prestação de contas num estado de direito democrático. E na presente sessão era mesmo o dia da prestação de contas. Disse que o Chega se calhar não tinha percebido mas era naquele dia que estavam a prestar contas. O relatório de gestão e das contas do município que discutiam reforçava, de maneira inequívoca, o caminho das contas certas. Mencionou que na anterior intervenção foram acusados de gastar muito e de gastar pouco na mesma intervenção, pelo que ficou sem perceber se gastavam muito ou se gastavam pouco. Afirmou que o caminho que os executivos do Partido Socialista já os habituaram eram fiéis à boa gestão e à transparência ao longo de cada decisão e de cada orçamento apresentado e executado de forma ponderada e responsável. Sabiam que haveria sempre aqueles que preferiam desinformar ou tentar desacreditar o seu trabalho, mas a verdade estava à vista de todos porque os números não mentiam. Afirmou que a verdade era essa, o Presidente da Câmara prometeu, comprometeu-se e cumpriu e não eram palavras vazias, eram ações concretas que falavam por si. Disse que os números falam por si, sem demagogias, referindo que a prazo médio de pagamento entre 2020 e 2024, o prazo foi na sua média inferior a 30 dias, não havendo pagamentos superiores a 90 dias que eram permitidos, e a 31 de dezembro era somente de 3 dias. Sabiam que os concursos públicos ficavam cada vez mais desertos sobretudo pela falta de pagamento de alguns municípios e ainda bem que não era o caso de Fafe, que pagava a 3 dias, o que era muito bom. Sobre a receita arrecadada, disse que em 2024 o seu valor ascendeu mais de 53 milhões de euros apresentando um desvio positivo de mais de 331 mil euros da relação entre o orçamento final e o orçamento efetivamente executado. Isso significava uma sólida capacidade de execução e obviamente um planeamento que era eficiente que levava a essa execução, por muito que dissessem o contrário, a taxa era de 100.8%. Referiu-se que foi gasto muito dinheiro em publicidade e comunicação, ainda bem pois o município de Fafe precisava de aparecer e ouviram aqui tantos lamentos de que não era comunicada a cultura e os eventos que estariam subvertidos nessa cobertura. Mas esses números não eram apenas financeiros, eles representam o compromisso da autarquia em garantir cada vez mais que cada euro era bem aplicado, que cada investimento era realizado, que não era para ficar no papel, e que cada necessidade da população era atendida com máxima seriedade e responsabilidade. Mencionou que as taxas de execução da receita dos últimos 4 anos, em 2021, era de 85,9%; 2022, de 92,5%; 2023, de 93,9% e em 2024 de 100,3%. O Presidente da Assembleia em exercício, que foi Presidente da Câmara Municipal, dizia que se se gastava era porque se investia, se se recebia era porque efetivamente se trabalhava para que houvesse receita e sem receita obviamente não haveria investimento. Mas o mais importante do que o compromisso em garantir que as receitas eram arrecadadas era que elas fossem executadas de forma conveniente e em proveito



dos Fafenses e dos munícipes, permitia maiores recursos para a cidade, mais investimento para as nossas infraestruturas o que subseqüentemente traria maior oportunidade para os Fafenses. Quanto à parte da execução orçamental da receita, na comparação global, disse que, como todos sabiam, as receitas eram fundamentais para a gestão financeira da nossa autarquia e eram essas receitas que sustentavam a atividade e a capacidade de continuar a investir, de fazer a cidade crescer, de garantir melhores condições e, acima de tudo, preparar o futuro. Afirmou que o que foi tantas vezes acusado de estar em causa, nos últimos quatro anos, era ver os orçamentos e a sua execução. No que respeitava à comparação das receitas com o ano anterior, com aumento de 7,5 milhões de euros, cerca de 14% de aumento, o que era significativo. Mencionou que na parte da execução orçamental da despesa, o orçamento encerrou com uma dotação final de 61,1 milhões de euros e uma execução de cerca de 53,6 milhões de euros, quase 80% da sua execução. Disse que a oposição insistia na teimosa presunção da detenção da verdade, e os números não enganavam, eram o que eram, estavam no relatório e era só consultá-los, não escondiam, não mentiam e eram os que lá estavam, por muito que tentassem fazer exercícios de analisar o orçamento na parte que lhes interessava mais ou menos. Disse que as reservas, a seu ver, tinham a ver com a descentralização de competências e com o património que eventualmente ainda não estava contabilizado, era um exercício de leitura simples e de fácil raciocínio. Já relativamente ao equilíbrio orçamental, mencionou que o relatório demonstrava duas coisas: o equilíbrio formal que era extremamente importante e o equilíbrio corrente-corrído. Utilizando uma linguagem muito simples para que toda a gente percebesse, sobretudo quem não era das áreas das economias, o equilíbrio formal, assegurava que as contas estavam em ordem e que não gastavam além das possibilidades. Disse que o corrente corrigido refletia a capacidade, no dia-a-dia, de fazerem a gestão para equilibrar a receita e a despesa, referindo que isso foi convenientemente feito, conformes os números comprovavam. Afirmou que o Presidente da Câmara tinha merecido a confiança dos fafenses porque respondia sempre com humildade e com verdade, sem vaidade, sem soberba, mas com rigor e com clareza. Era o exercício a que os tinha habituado, a sua gestão, a gestão do Partido Socialista, nunca foi nem seriam apenas de números, era feita para as pessoas, com visão e, acima de tudo, com responsabilidade. Era um esforço que teria uma boa execução, sendo bem planeado, e viam que tinha sido face aos números que foram apresentados, por muito que o contestassem, os números não mentiam e era, acima de tudo, um orçamento de contas certas. Disse que o saldo de mais de 3 milhões comprovava que efetivamente as contas estavam a ser bem geridas. Esse compromisso com o equilíbrio financeiro era a garantia de que podiam continuar a trabalhar para melhorar a vida dos Fafenses, sem com isso colocar em risco a estabilidade financeira do município. Disse que se tinha falado muito de eleições, mas que não estavam em eleições propriamente autárquicas,



dizendo duas palavras, antes de concluir: Primeira, para afirmar que este era o executivo da garantia fundamental da boa gestão do erário público com seriedade, rigor e transparência. A segunda, para mostrar que este capital de confiança nas políticas públicas constituía um objetivo valioso que queriam continuar a preservar. Portanto, obviamente iriam aprovar o relatório de contas, mas além disso, congratulavam-se pelo bom exercício da causa pública que era levado a cabo por este Executivo.

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, com total humildade e interpretando bem as interpelações que foram feitas para justificar o seu voto, dizer ao deputado Rui Flórido Costa que se recordava de lhe ter dito, dado que fazia uma leitura muito pormenorizada e mais técnica do orçamento, que era impossível ter tomado nota de todas as questões que levantava das rubricas e responder-lhe, de uma forma genérica, mas lembrava-se de ter dito que disponibilizava que os serviços de contabilidade responsáveis pela elaboração do orçamento para o esclarecer. Lembrava-se de lhe ter dito e solicitado que lhe fizesse chegar as suas dúvidas e tinha naturalmente prazer em responder-lhe. Afirmou que a certificação de contas, se quisesse fazer uma análise, verificaria que toda a certificação de contas veio com algumas recomendações mas havia uma evolução grande, estando ali expressas ainda algumas recomendações que eram feitas relativamente às questões patrimoniais. Como já informou noutra altura, a Câmara tinha uma prestação de serviços para tratar todas essas questões relacionadas com o património que passava por colocar uma etiqueta em todas as secretárias das escolas, os armários, as cadeiras, dado que tudo tinha de ser contabilizado. Depois havia também, os terrenos que foram cedidos ao domínio público, uma panóplia desde que a Câmara existia. Pelo que perceberia que nem a Câmara teria capacidade de o fazer e não o fez, nessas questões mais particulares, mas era disso que estavam a falar. Disse que as contas e a sua gestão era transparente, a questão da carta de recomendação era só solicitá-la, nem sabia porque não a enviaram aquando do envio os documentos, dizendo que não era feita nenhuma censura. Solicitou aos serviços que tomassem nota da correção a efetuar no cabeçalho das duas páginas. Relativamente às questões com o pessoal, referiu-se o aumento de despesa mas se fosse à página 39, ao gráfico que lá constava, veria que em 2023 a Câmara tinha 589 colaboradores e em 2024 tinha menos 20, tinha 569. Portanto, o aumento a que se referia das transferências com pessoal prendiam-se naturalmente aos aumentos que houve na função pública e estavam aqui refletidos, pelo que eram os vencimentos não era mais nada.

Afirmou que o Deputado Vasco Lopes era um bom candidato, quer à Câmara de Famalicão, quer à Câmara de Guimarães porque achava que em Fafe não tinha grandes hipóteses, mas sugeriu que fosse ouvir o que diziam os seus camaradas ou companheiros de Guimarães relativamente ao município de Fafe. Desafiou-o porque veria que diziam uma coisa completamente o contrário relativamente ao nosso concelho daquela que estava a dizer, e se



verificasse quantas câmaras do distrito de Braga tinham o PDM aprovado, afirmando que só Fafe e Amares é que o tinham. Acrescentou que verificasse as conquistas que foram feitas no PDM de Fafe, nessa estratégia de futuro, de criação de emprego, de atração de empresas; que visse que passaram 155 hectares de área industrial para 355 hectares. Sugeriu que verificasse quantos municípios na região norte podiam disponibilizar 50 hectares com um só proprietário, que era a Câmara, num processo de expropriação, perguntando se o concelho de Fafe estava ou não estava preparado, se não estava a cautelar o futuro. Disse que foram capazes, com o executivo anterior e concretizado com o atual executivo, de atrair uma empresa como a Lingote, com um investimento de 50 milhões de euros. Salientou os investimentos que estavam programados para a área da saúde, de 7 milhões de euros, mais as extensões 8 milhões, na área da educação que chegavam aos 30 milhões e na habitação social, isso só 3 áreas para não lhe referir a outras. Queria que os fizesse em 2024, mas o 20/20 estava esgotado. O 2021-2027 só atualmente é que estavam a surgir os avisos de concurso e as obras estavam a ser iniciadas. Entendia que a sua intervenção se circunscrevesse muito a um período que iam iniciar e, portanto, esperava que tivessem a capacidade de explicar bem aos eleitores fafenses qual era a sua estratégia, a sua visão para o nosso concelho. Afirmou que fizeram o mesmo esforço e tinham-se dado bem porque não era a questão das contas certas e das contas equilibradas, não era uma prerrogativa minha, era uma prerrogativa dos governos liderados por quem o antecedeu e não ter contas escondidas, não havia pagamentos em atraso.

O Deputado José Ribeiro já elogiou a elaboração do documento que teve um grande avanço relativamente à situação amigável. De resto, agradeceu a intervenção do Deputado Carlos Cunha que fez o contrabalanço relativamente a outras leituras que o documento teve. Não havendo, mais intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com 8 votos contra (PPD/PSD e PCP/PEV) e 4 abstenções (Chega e JRPFS).**

Passou-se para o ponto 3 – Apreciação e votação da 2ª Alteração Modificativa;

Tomou a palavra o Presidente da Câmara para explicar que era a segunda modificação orçamental. A primeira justificou-se pela incorporação do saldo de gerência e a segunda tinha apenas uma razão, além de haver aqui um acréscimo de transferência de receita relativamente à escola secundária e à reabilitação urbana, na ordem dos 400 mil euros, era a finalização das contas e do quadro comunitário 20/20, esclarecendo que a verdadeira razão prendeu-se com o investimento que queriam fazer no saneamento, na ordem dos 10 milhões de euros. Lembrou que no ano anterior foi remetido à Assembleia um protocolo a celebrar com as Águas do Norte para que o município pudesse ter uma intervenção mais próxima e fiscalizadora de acompanhamento das obras, portanto, porque o aviso de concurso tinha saído não permitindo que os municípios ligados às Águas do Norte pudessem apresentar-lhes as candidaturas, mas só era permitido que as Águas do Norte apresentassem a candidatura. Isso



levantava-lhes um problema sério que era a comparticipação nacional que tinham que pagar, uma, por outro lado a contração do empréstimo para a parte não comparticipada, segunda, a própria equipa de fiscalização que as Águas do Norte tinha que fazer e confrontaram-nos com um orçamento de 500 mil euros para os investimentos totais. Portanto, levantou aqui questões de diversa natureza, jurídicas e da contabilidade e depois a forma de pagarem às Águas do Norte era eles faturarem ou apresentarem uma fatura, como aconteceu antes, e ainda tinham que pagar sobre isso 23%, portanto o investimento reduziria. Portanto, colocaram a questão ao Secretário de Estado do Ambiente, fizeram diversas reuniões na Comissão de Coordenação para fazer valer a nossa posição e por forma que chegaram ao entendimento de que iam fazer alteração ao regulamento do aviso e iam fazer uma republicação para permitir que fosse a Câmara a lançar a obra, que foi quem fez o projeto, a Câmara lançaria a obra e ficaria responsabilizada pelos pagamentos e as Águas do Norte fariam por conta delas o investimento de 4 milhões de euros que se comprometeram connosco. Disse que, em abono da verdade, os avisos de concurso que as Águas do Norte já lançaram ficaram desertos portanto não houve empresas que estivessem disponíveis para fazer as obras pelo preço que foram lançadas as obras ao mercado. Portanto era essa a única razão, seria para permitir à Câmara que inscrevessem a verba na rubrica que não estava criada, para que se pudessem candidatar e poderem fazer o investimento que se comprometeram na área de saneamento. Finalizou dizendo que, como era sempre um tema que preocupava todas as forças políticas e preocupava-os a todos, chegaram ao final do corrente ano com uma execução, com uma cobertura em termos de orçamento de 56,7%. Disse que com os investimentos que estavam programados ou projetados chegariam a uma taxa que rondaria ou aproximaria dos 70%. Ainda não era uma taxa completamente confortável, mas mesmo assim era melhor do que o nosso ponto de partida e só tinham 3 milhões de euros disponíveis de fundos comunitários e estava convencido que já se iniciou a discussão sobre os fundos de 2027 em diante, que não haveria mais comparticipações ao fundo dos comunitários para esses investimentos, portanto tinham que encontrar outra fórmula de se poder vir a concretizar investimentos no saneamento para que a cobertura atingisse o nível de 85% a 90% que alguns concelhos já tinham.

Não havendo intervenções, a **Assembleia deliberou, por maioria, com 1 voto contra (Chega) e 7 abstenções (PPD/PSD e PCP/PEV), aprovar.**

4 – Apreciação e votação da proposta de autorização do pagamento da última tranche do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência e Cooperação com as freguesias;

Pelo Presidente da Câmara foi dito que o ritmo de execução do contrato inter-administrativo era diferente em diversas freguesias. Algumas delas já solicitaram o pagamento da última tranche, pelo que propunha que para que não prejudicassem aquelas juntas de freguesia que já



deram execução ao contrato e que tinham que estar à espera, depois do final do ano ou 2026, que lhes fossem transferidos os 25% que ficaram retidos. Portanto, propunha que os autorizassem a transferir a verba para não criar problemas de tesouraria às juntas, naturalmente que isso seria precedido de a junta lhes remeter o relatório final em termos de execução para ser avaliado pelos serviços.

Solicitou a palavra o **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV** para dizer que ficou um bocadinho na dúvida se era para fazer o pagamento da tranche que realmente já estavam ou se era o bolo a todas. Se era só os que já atingiram a percentagem. E aí parecia-lhes razoável que se fizesse esse pagamento, estava a obra feita, tinha que ser paga. Referiu que a questão que se colocava era que elas teriam que fazer um relatório, como disse, para entregar aos serviços e era suposto ser avaliado pela Assembleia Municipal e eles, sem avaliarem esse regulamento, iam dizer sim senhor, acreditamos que o regulamento estaria bem e por isso vamos fechar os olhos, abdicar do seu papel e estava disposto a fazer isso mas parecia-lhe uma coisa meio estranha. Disse que podia ser feito de outra maneira, podiam já ter o relatório e podiam já estar a avaliá-lo. Mencionou que se houvesse essa vontade, nos últimos relatórios apresentados pela junta de freguesia que foi em fevereiro, tinham também constatado algumas coisas mal explicadas, nomeadamente a questão da freguesia de Fafe. Perguntou se o município tentou perceber se as contas estavam bem ou não, se já o tinha feito antes porque ficaram sem saber. Referiu que o Presidente da Câmara, na altura, disse que era toda a gente de boa fé, e acreditava que sim e não tinha dito o contrário, mas ficaram na dúvida se a Câmara, alguma vez, viu os relatórios e se havia algum relatório interno da Câmara que dissesse que estava tudo em condições porque não tinham essa certeza e o Senhor Presidente apresenta-lhes a pedir, assinem aí, nem nós temos a certeza, ou temos, mas não sabiam. E por isso, relativamente à junta de Fafe que apresentou um relatório com documentos anteriores da celebração do contrato, havia uma comissão de acompanhamento da Câmara que tinha o dever de analisar esses documentos. Foram vistos, analisados, deram parecer e porque é que não tinham esse parecer. Por isso, tinham a disponibilidade para fechar os olhos, mas o que aconteceria quando, eventualmente, quando viesse em 2026 o relatório, se por acaso fosse reprovado, as juntas teriam que devolver o dinheiro quando já tinham pago aos empreiteiros, como é que elas resolviam isso. Não era muito mais fácil fazer as coisas como devia ser.

-----O **Presidente da Câmara** solicitou a palavra para dizer que isso iria permitir que em junho e em setembro viessem a maior parte dos relatórios das juntas que já o fizeram. Portanto, a Assembleia ainda ia ter oportunidade de se pronunciar sobre o mesmo. Portanto, isto surgia porque uma ou duas ou três juntas disseram que já tinham as obras executadas ou já estavam adjudicadas e, portanto, não era conveniente, naturalmente, esperar pelo final. Se ele



era precedido de entrega do relatório antes da transferência, os serviços analisavam e iam agendar para remeter à Assembleia, ainda que ocorresse em junho e em setembro e as que não fizessem nesse compasso de espera, naturalmente, que esperavam depois para ser transferido aquilo que o protocolo dizia, portanto, vigorou durante o mandato. As questões que levantou tinham que ser ponderadas no sentido de alterarem a redação e a forma como esses documentos viriam à Assembleia, mas seria no executivo seguinte. Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação tendo a **Assembleia deliberado, por maioria, com 2 abstenções (PCP/PEV e Chega), aprovar.**

5 – Apreciação e votação da proposta de autorização de celebração de contratos interadministrativos entre o Município de Fafe e os Agrupamentos de Escolas – apoio e complemento educativos;

O Presidente da Câmara pediu desculpa por o assunto só estar agendado na presente sessão da Assembleia, pois se reparassem na data da proposta que remeteu à Câmara, era de 22 de janeiro, pelo que devia ter sido agendada na assembleia de fevereiro e não aconteceu, por lapso dos serviços, no encaminhamento das propostas da Câmara. Portanto, digamos, foi acordado também com os agrupamentos e o ano letivo estava a findar e agora tinham que proceder imediatamente às transferências de verbas, pois tiveram até agora impedidos de fazer por falta de aprovação da Assembleia.

Solicitou a palavra o **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que mais uma vez estavam previstos relatórios de execução e continuavam sem nunca os ver. Mencionou que desconfiava que o que acontecia era que não existiam. Disse que estava previsto um acerto de contas caso a escola não gastasse toda a verba, perguntou se foi devolvido o dinheiro e quando é que iam saber isso. Perguntou também se o valor era adequado, se foi a mais ou a menos, pois não sabiam. Terminou colocando pequenas questões que lhe pareciam razoáveis e simples, nomeadamente se em 2025 as deslocações custavam o mesmo que no ano anterior, se o material pedagógico em 2025 custava o mesmo que no ano anterior, uma vez que a verba tinha o mesmo valor.

Pelo **Presidente da Câmara**, foi dito que, para não estarem sempre a repetir a mesma coisa que era lógico que se constavam aqui que havia relatórios de avaliação, tinham que o ter em seu poder. Portanto, remetiam-nos, não havia problema nenhum, não existia nenhum motivo para esconder o que quer que fosse. E no relacionamento com as instituições, fosse um agrupamento, fosse presidentes de juntas, funcionava a boa-fé. Portanto, o dinheiro era para ser gasto com a educação, os valores eram acordados em reunião com os seus diretores, não



sabia se chegava, nem se não chegava, se não chegasse ajustavam, contudo pediu à Senhora Vereadora que lhe remetesse o relatório.

Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo a **Assembleia deliberado, por maioria, com 1 abstenção (PCP/PEV), aprovar.**

6 - Apreciação e votação da proposta de desafetação da parcela 10, parte restante do prédio denominado “Sorte de Entre Ribeiro”, sito no lugar de Fontelos, da freguesia de Arões S. Romão, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 2608 e inscrito na matriz sob o artigo 376º;

Pelo Presidente da Câmara foi explicado que o presente ponto se referia a um loteamento que tinha mais de 30 anos e que ainda naquele dia despachou a receção definitiva da obra, que andava a arrastar-se há 30 anos. Explicou que tinha contemplado uma parcela de terreno para um parque que era na zona industrial, para todos perceberem, era na rua que ia na zona industrial de Arões, dizendo que foram confrontados com uma parcela de terreno do lado direito da estrada, que era da Câmara e uma parcela de terreno encostado ao parque, que a haver essa permuta, naturalmente com a avaliação que cada parcela tinha e o proprietário estava disponível para fazer essa permuta, que melhorava em muito a frente do Parque e criava uma situação de grande benefício, quer para a urbanização, quer para a população. Portanto, estavam todos disponíveis para fazer essa permuta pelo preço certo. Portanto, aquilo que estava a pedir à assembleia, não era a permuta em concreto, mas já vinha aqui qual era o fim a que se destinava, era a desafetação do domínio público porque depois a Câmara é quem tinha competência de decidir a forma da venda, da permuta, do preço. De qualquer forma, já veio remetida a informação complementar para que soubessem porque é que estavam a pedir a desafetação do domínio público.

Foi dada a palavra ao Deputado **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que entendia que o princípio neste tipo de permutas seria que nenhum dos dois ficasse muito prejudicado, nem muito beneficiado. Por isso a questão que se colocava era do valor e do tamanho do terreno.

Pelo Presidente da Mesa foi dito que não era isso que estava em causa, que era só passar do domínio público para o domínio privado.

Retomou a palavra o **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV** para perguntar se não achava estranho que uma zona verde onde não era possível construir tivesse o mesmo preço por metro quadrado que uma zona onde seria possível construir.

Não havendo mais intervenções, colocado à votação, **a Assembleia deliberou, por maioria, com 2 abstenções (PCP/PEV e Chega), aprovar.**



7 – Apreciação e Votação do Relatório de Monitorização referente ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência na Limpeza e Manutenção do Bairro da Cumeira;

Foi dada a palavra ao **deputado Alexandre Leite**, eleito pelo PCP/PEV para dizer que, já que ninguém queria comentar, imaginava que tivesse algum tempo extra para poder comentar à vontade. Afirmou que era o contrato interadministrativo de delegação de competências em relação à limpeza da Cumieira. Disse que tinha uma dúvida, perguntando ao Senhor Presidente da Assembleia o porquê de na Ordem de Trabalho vinha que o ponto era apenas para apreciação. Se vinha para apreciação, não era certo, pois o artigo 5º do número 8 da alínea do contrato interadministrativo era referido que a terceira parte, que respondia a 15 mil euros, devia ser transferida até 30 dias após a aprovação do relatório em questão pela Assembleia Municipal. Disse que se esse artigo dizia que devia ser após a aprovação do relatório municipal, a apreciação não, era aprovação. Por isso questionou se era para votar ou não.

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que sim, era para apreciação, e era da opinião dos serviços que o assunto era só para apreciação, não para conhecimento.

Retomou a palavra o **deputado Alexandre Leite**, para dizer que o que lhes foi remetido é uma enumeração repetida de uma série de serviços que não relatava nada, se calhar era útil o representante da Junta se pudesse ouvir.

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que os serviços de apoio jurídico estavam a dizer que era para apreciar e votar, assim submeteu à apreciação da Assembleia a alteração do ponto 7 da ordem de trabalhos, onde se lia apreciação, passar-se-ia a ler apreciação e votação.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade a alteração.

Retomou a palavra o **deputado Alexandre Leite**, então passando à apreciação, a votação seria no final, certo? Disse que o que lhes foi remetido era uma enumeração repetida de uma série de serviços que nada relata. Disse que não lhes foram remetidos quaisquer documentos de suporte para as atividades enumeradas e havia dúvidas que ficavam quando se confrontava no contrato os valores transferidos e a transferir, o período a que se referia e o que ainda faltava por cumprir. A junta de freguesia enviou a informação referente aos meses de junho de 2024 a dezembro de 2024, portanto 7 meses. Afirmou que nesse período a junta de freguesia pagava mensalmente, embora não lhes dissesse a quem 4.253€, o que fazia um total de 29.775 euros. Mencionou que a essa despesa acrescia outra de 12.056€, não referindo também a quem foram pagos esses serviços e não anexando qualquer suporte documental dos mesmos. Referiu que o contrato celebrado com a Junta da Freguesia previa uma transferência global de 51 mil euros, sendo 32 mil destinados a despesas com recursos humanos e 19 mil destinados a despesas com consumíveis. Disse que era só fazer as contas, como dizia António Guterres, 29



mil acrescido de 12 mil, para fase total de 41 mil 931 euros, valendo 82% do valor protocolado, sobrando para os 5 meses em falta 9 mil euros. A pergunta que se impunha era com que dinheiro é que a Junta de Freguesia ia pagar os cinco meses que faltavam, se não ia prestar os serviços ou se os prestou, como os ia pagar. E a questão não era propriamente à Junta, era ao Município que delegou na Junta essa competência e como é que o município previa que a Junta fizesse esse serviço ou como é que pagava esse serviço ou como é que passava o serviço. Das duas uma, ou a Junta de Freguesia assumia que fez um mau contrato interadministrativo e que o dinheiro recebido não chegava para o que era necessário ou então assumia que usou mal esse dinheiro, não sabendo defender o interesse público ao contratar os serviços pelo valor que enunciava. Disse que o Sr. Presidente da Junta de Fafe, tal como não dia da presente sessão, não tinha estado presente nas reuniões da Assembleia, mas a Junta tinha um representante e caberia a ele dar resposta a essas perguntas, e parecia que hoje estava ligado, por isso, faça favor. Disse que o contrato celebrado era bem claro e referia uma parte de verba para recursos humanos e outra para despesas de consumíveis, perguntando como é que a Junta da Freguesia queria que se apreciasse a informação que estava obrigada a prestar com os elementos que lhes remetia, em que não dividia o que era para consumíveis e o que era para recursos humanos e, como é que a Câmara se metia nisto. Dos valores que lhes apresentava, parecia-lhes que o Presidente da Junta da Freguesia de Fafe teria de lhes explicar o que era despesa de consumíveis, o que era despesa com pessoal, perguntando se alguém presente conseguia perceber, com os documentos que todos receberam e apreciaram, qual era a despesa com consumíveis e qual era a despesa com pessoal, uma vez que a Junta gastou mais de 82% do valor transferido, onde ia buscar dinheiro em falta. Acrescentou que o Presidente da Câmara disse que os relatórios bastava pedir. Disse que pediram, quando viram este ponto na ordem do dia, pediram através do Presidente da Assembleia, solicitaram os documentos de suporte e que, até aquele momento, que soubesse, ainda não lhes tinham sido remetidos. Disse que ficava ainda a ressalva que não era a primeira nem a segunda vez que a Junta da Freguesia fazia isso e também não era a primeira nem a segunda vez que a Câmara se deixava ir nisso. Não lhes remetia informação transparente para que lhes permitisse fazer uma avaliação esclarecida e haveria de chegar a um ponto em que isso tinha de acabar. Disse que, tendo em conta tudo isso, propunham que se fizesse uma apreciação deste ponto em outra data, assim que a junta de freguesia lhes remetesse os elementos necessários para o efeito e depois de esclarecer, nesse caso já estaria esclarecido, se era para votar ou não.

Solicitou a palavra o **deputado José Ribeiro, eleito pelo movimento JRPSF**, para dizer que não ia intervir e, naturalmente, tinha total disponibilidade para aprovar, mas não podia deixar de agradecer a intervenção do deputado Alexandre Leite, dado que, eventualmente, as questões que levantava eram pertinentes. Disse que, como já foi dito mais do que uma vez, acreditava



que todos atuavam de boa fé, mas às vezes não bastava ser sério, também era preciso pareç-lo. E não podiam, de facto, sem haver esclarecimentos bastantes dessas questões, não podiam aprovar. Mas, entretanto, ainda mais, digamos, à custa da intervenção do Alexandre Leite, o Presidente da Mesa pôs à discussão e aprovaram a alteração do ponto, e, entretanto, olhando para a deliberação da Câmara, havia uma impossibilidade de apreciarem o presente ponto, porque a Câmara também tomou conhecimento, mas não aprovou o relatório. E, portanto, havia aqui uma impossibilidade. Disse que a Câmara tinha que aprovar e propor à Assembleia que aprovasse, aliás, a Câmara é que era o órgão executivo e era o órgão que fazia o contrato e essa impossibilidade, essa não podiam resolver porque o Executivo não podia, apesar de estar lá e não estar todo, mas não podia alterar uma deliberação na Assembleia Municipal. Disse que tinha pena, mas o assunto, do seu ponto de vista e formalmente, não podia ser discutido naquela sessão. Disse que se o contrato era celebrado entre a Câmara, com a autorização da Assembleia, mas era celebrado entre a Câmara e a Junta de Freguesia, não tinha qualquer sentido que a Câmara tomasse conhecimento dele que não o aprovasse, como era evidente. Disse que, com o devido respeito, não votava porque achava que era uma deliberação ilegal, não teria dificuldade em aprovar, mas julgava que era ilegal.

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que, de qualquer modo, a Mesa, salomonicamente e uma vez que havia dúvidas jurídicas, retirava o ponto e viria à Assembleia seguinte. Disse que não era má vontade, não, era só porque já que havia dúvidas, iam esclarecer as dúvidas e ver com é que se procedia. Não havia necessidade, por uma questão formal, de estar a cometer uma eventual ilegalidade.

De seguida, foi colocada à votação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Fafe, realizada no dia 12 de fevereiro de 2025, tendo sido aprovada, por unanimidade, por todos os presentes da sessão.

De seguida foi dada a palavra ao público. Interveio José Miguel Teixeira para intervir sobre os assuntos que foram tratados aqui na hora do dia, que depois de cumprimentar todos os presentes, dizer: “que era seu dever cívico e dever de todos os cidadãos usarem este espaço quando assim o achassem. E, um bocadinho movimentado pelo espírito de Abril, tomei a opção de vir cá hoje, uma vez que estão a ser debatidas as contas referentes ao passado ano. Eu não vou fazer nenhuma aritmética, eu não vou fazer nenhuma reparação financeira, eu venho falar da parte cultural, venho falar da parte artística, do que o município está a esquecer. Como não trouxe nada preparado, foi muito bom assistir nesta discussão todos os deputados decidiram dar voz aos seus pensamentos e perceber que sim, que efetivamente e de forma muito boa para o nosso município, cada vez há mais dinheiro para ser utilizado para fins culturais, para fins artísticos. Ora, vamos distinguir, em primeiro lugar, a arte e a cultura. E é muito bom apostar na cultura, é muito importante, mas também é esquecer a arte.



Quais são as abordagens, ou quais foram as abordagens que o município teve no último ano para apostar em eventos artísticos, eventos de criação, eventos de transformação, seja de ordem literária, música, dança ou teatro. São poucos. É preciso pensar nisso sempre que se elabora um orçamento e em altura de bater as contas é preciso também que os munícipes e os deputados tenham noção disso. É preciso também pensar no que é que é a arte e no que é que é o ensino da arte. É preciso pensar se estamos a dignificar esse ensino se estamos a proporcionar aos nossos jovens tudo aquilo que eles têm. As AECs estão a ser oferecidas a toda a população escolar ou apenas a partir de uma determinada idade. Existem, através da rede de teatros e cineteatros, ações de mediação de público. Estão a ser introduzidos os nossos jovens na luta incessante pela procura artística e pela valorização dos agentes artísticos. Não sei se o município tem tido essa atenção Também é preciso pensar que a cultura é feita por uma entidade globalista internacional mas também privilegiando os atores locais. É preciso saber que há uma série de entidades e uma série de figuras da cidade ligadas à área da cultura e à vertente artística que devem ser valorizados. Cada vez vemos menos espaço nos nossos grandes palcos para os artistas, deixando ano após ano a responsabilidade em fins privados. As associações são financiadas pelo horário público, mas não deixam de ter fins privados. E nós não podemos delegar em associações todo o trabalho artístico que nós não fazemos enquanto município. É preciso pensar que os grandes eventos partem sempre da alçada do município e partem os pequenos eventos, aqueles que são capazes efetivamente de colaborar com os agentes locais, uma resposta a eles. Mas é preciso que o município também perceba que há espaço na sua programação para os agentes locais. É preciso perceber que a rede de teatros e cineteatros é uma grande fonte de rendimento e um grande fonte de apoio aos espaços públicos. É preciso fazer a sua programação tendo em conta essas necessidades. Também nos espaços de centralização. Porque centralizar a cultura não é só trazer a cultura nacional até Fafe, mas é também privilegiar os artistas fafenses e levá-los para o resto do país e para o resto do mundo. Há outra coisa que eu gostaria de deixar aqui bem claro que penso ser importante falar. Apesar de não ter a ver, é o único ponto que eu hoje não tenho necessariamente a ver com esta aprovação de contas e eu peço que o Sr. Presidente me tire a palavra se assim o achar. Havia um grande apoio prometido aos agentes culturais fafenses numa altura da Covid. Eu sei que muitos já não se lembram, já tivemos um apagão, tivemos o início de duas guerras e de repente parece que são tempos longínquos. Houve uma transação governativa forçada pelas eleições naturais de um sistema democrático que não foi cumprida. Há uma série de artigos que se calhar não tenho a coragem e não tenho o desprendimento de aceitar vir até esta Assembleia pôr os pontos nos IS. É preciso lembrar que há processos que não foram terminados. Houve uma série de concertos que foram movimentados e muito bem pelo município com o via de apoiar todos os agentes culturais do os concertos aconteceram.



Esqueceram-se da parte da edição fonográfica e esqueceram-se da parte da edição coletiva. Essa edição aconteceu em alguns casos. Há um caso que foi até partilhado publicamente. Foi feita a sua apresentação no Porto e em Lisboa. Carrega até hoje, na sua edição física, os logotipos do município sem que nunca houvesse um apoio municipal. Esse apoio foi falado no início desta legislatura, no início do trabalho deste executivo hierárquico, Foi também entregue em mãos o comprovativo físico e foi reiterada a disponibilidade para entregar o número de cópias acordado no momento do apoio. E apesar de tudo, ainda hoje, quatro anos transatos, sensivelmente, continuamos à espera. Eu espero que não sejamos muitos, espero ser caso único, mas infelizmente penso que não. Não quero representar uma classe coletivamente, apesar de incentivar toda a gente, se assim o pretender, se a mim, numa luta por uma melhor capacidade cultural e numa melhor utilização de fundos públicos que permitam aos artistas fafenses poderem usufruir mais no seu trabalho e que permitam também a todos os fafenses poderem usufruir dos artistas que cá têm e poderem transportar além das fronteiras do concelho o que é aquela arte que é desenvolvida e aquela cultura que é desenvolvida pelos fafenses. Mas até ao dia de hoje, passados quatro anos, encontro-me ainda à espera de poder conversar, seja com a pessoa que estava encarregue de fazer o apoio, o o Chefe de Divisão da Cultura e Turismo, entretanto reformado, seja através do gabinete do Senhor Presidente da Câmara ou seja através do gabinete da Senhora Vereadora. Portanto, eu espero que tenham isso, que se lembrem de todo o passado, o investimento é ótimo, vamos crescer, vamos cada vez dinamizar mais a cultura em Fafe, mas não nos vamos esquecer dos locais e vamos sempre fazer essa distinção entre aquilo que é a cultura, que muitas das vezes consegue autofinanciar-se, e é possível encher salas de concertos com cultura para todos, e é possível haver o acesso a grandes concertos ou a grandes eventos mediáticos, mas também é preciso apostar numa forte veículo de propagação da arte, no incentivo aos artistas fafenses, como por exemplo um prémio de cultura local que existe para a literatura histórica, mas que não existe para mais nenhuma fonte, nem mais nenhuma transformação ou criação de obras culturais. Portanto, acho que devemos refletir sobre isso e depois penso então que deve haver um pensamento, uma vez que se aproximam eleições e há um novo mandato em curso, todas as forças políticas, e aqui eu não acho que se devam só responsabilidades a quem está a governar, Porque não é um caso único, não é um caso de uma cidade só, é um caso de um país, é um caso de vários municípios e muitas vezes juntas freguesia, que apesar de limitadas, também tem uma palavra a dizer nesses assuntos. Portanto, devemos todos refletir sobre a cultura, devemos todos refletir sobre a arte e em que maneira é que nós conseguimos empregar os recursos que temos e eu já não estou a pedir mais recursos, não estou a pedir mais financiamento, estou a pedir apenas para transformarmos aquilo que temos em algo melhor e mais forte. Muito obrigado.”



Terminada a Ordem de Trabalhos, pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora do trinta de abril de dois mil e vinte e cinco.

E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente de um dos membros da Mesa.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente de um dos membros da Mesa.